

INTERNACIONAL + pag/26 a 27

TRUMP, A POLÍTICA BURGUESA PARA A IMIGRAÇÃO E A POLÍTICA OPERÁRIA

SINDICAL + pag/9

Governo impõe desemprego em massa sobre os professores, enquanto a direção da Apeoesp joga a assembleia para março

MUNICIPAIS SP

Responder com a greve aos ataques de Nunes!

+ pag/10

Apesar dos resultados “positivos” da economia em 2024, mercado financeiro exige mais e governo realizará mais ataques às condições de vida dos oprimidos!

EDITORIAL pag/2 a 3

INTERNACIONAL EDITORIAL / + pag/24 a 25



Trump inicia sua presidência apontando para um claro percurso fascitizante e *militarista* de sua política interna e externa

NACIONAL + pag/3

PROFESSORES E POVOS INDÍGENAS DO PARÁ ENFRENTAM O GOVERNO DE HELDER BARBALHO CONTRA A PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO ESTADO

NACIONAL + pag/5

Aumenta o número de favelas e moradores de rua em todo o Brasil

MOVIMENTOS + pag/16

Atos contra o aumento das passagens APARELHISMO E BUROCRATISMO LEVAM ÀS DERROTAS

MOVIMENTOS + pag/13 a 15

1ª Plenária Nacional pelo Fim da Escala 6x1 PARA QUE SERVIU A PLENÁRIA DA CONLUTAS?

PALESTINA


Pela derrota do sionismo e do imperialismo na Palestina!

UCRÂNIA

Pela derrota da OTAN e do imperialismo na Ucrânia!

Apesar dos resultados “positivos” da economia em 2024, mercado financeiro exige mais e governo realizará mais ataques às condições de vida dos oprimidos!

DADOS DA ECONOMIA DE 2024

 Durante o mês de janeiro de 2025, alguns dados do ano de 2024 foram divulgados, notadamente o balanço de resultados consolidados do setor público em 2024, divulgado pelo Banco Central em 31 de janeiro. O governo federal fechou as contas dentro da meta fiscal estabelecida pelo Novo Arcabouço Fiscal, que era de déficit zero, com uma margem de até 0,25% do PIB, que corresponde a aproximadamente R\$ 28,8 bilhões. O déficit primário (considerado antes de pagamentos de juros da dívida pública) de 2024, foi de R\$ 11 bilhões, já que por decisões judiciais e do Congresso Nacional não foram computados neste momento os gastos extraordinários com as enchentes e queimadas (R\$ 32 bilhões).

Os cortes bilionários de gastos nos ministérios anunciados ao longo de 2024 e o pacote de ajuste fiscal sobre os gastos sociais, anunciado no final do ano (que restringiu o Benefício de Prestação Continuada, colocou um limite nos reajustes do salário mínimo, etc.), cumpriram, assim, a sua finalidade de atingir a meta fiscal, medida de protecionismo do parasitismo da dívida pública. Apesar do caráter insaciável do “mercado financeiro” (grandes bancos e fundos de investimento), o governo recebeu elogios públicos do banqueiro André Esteves, presidente do conselho do BTG Pactual, que disse durante o encontro do Fórum Econômico Mundial, em Davos que “não vejo nenhum grande equilíbrio macroeconômico”.

Mesmo tendo alcançado a meta fiscal para 2024, a dívida bruta do governo atingiu R\$ 8,984 trilhões, no final de 2024, equivalente a 76,1% do PIB, um aumento de 2,2%, em relação a 2023. Já a dívida líquida (bruta menos créditos e ativos do governo) chegou a R\$ 7,2 trilhões, 61,1% do PIB. Houve aumento da dívida porque o déficit nominal (incluindo juros da dívida) foi de aproximadamente R\$ 998 bilhões (8,45% do PIB), dos quais aproximadamente R\$ 950 bilhões de juros da dívida pública!

‘NOVA DIREÇÃO’ DO BANCO CENTRAL. MESMA POLÍTICA DE PROTEÇÃO AO PARASITISMO

Na quarta-feira, dia 29/01, após a primeira reunião da nova diretoria do Comitê de Política Monetária (Copom), foi anunciado o aumento em 1 ponto percentual, para 13,25% ao ano. Dos 9 diretores, 7 são indicados por Lula, inclusive Gabriel Galípolo, que assumiu a presidência do Banco Central no início de 2025.

//

...
Nos fatos, os governos escolhem ou ajudam a escolher os presidentes e diretores do BC, mas **quem decide sua política econômica e monetária, é o imperialismo e o capital financeiro internacional.**

Assim, cai por terra o discurso do governo, de que o problema do Brasil é o “Banco Central independente” e o presidente do BC ser o Roberto Campos Neto, indicado por Bolsonaro. Tampouco tenha sido alguma novidade, já que Galípolo nas últimas votações já se tinha posicionado pelo aumento da Selic, em consonância com os demais diretores e o próprio Campos Neto. Nos fatos, os governos escolhem ou ajudam a escolher os presidentes e diretores do BC, mas quem decide sua política econômica e monetária é o imperialismo e o capital financeiro internacional. Não são as necessidades e interesses nacionais que determinam as votações, mas os interesses e necessidades do capital financeiro, que controla a economia nacional por meio dos monopólios associados aos grandes bancos.

É por isso que a dívida pública brasileira tem duas características que a tornam problemáticas para o governo e benéficas para os credores: o fundamental da dívida é de curto prazo e praticamente metade dela é vinculada à SELIC. Assim, se em 2024 os gastos do governo apenas

com juros chegaram a aproximadamente R\$ 950 bilhões, no ano de 2025, com a SELIC nas alturas e previsão de permanência da situação, certamente os juros ultrapassarão o marco de 1 trilhão de reais, exigindo um “compromisso” com a responsabilidade do governo, ou seja, o aprofundamento dos gastos sociais com cortes no orçamento para os ministérios e novas contrarreformas.

QUEDA DE POPULARIDADE DO GOVERNO LULA E A INFLAÇÃO

Pesquisa Quæst, divulgada no final de janeiro, mostrou nova queda de aprovação do Governo Lula, em todas as regiões do país. Pela primeira vez, o índice de reprovação (49%) é maior do que o de aprovação (47%). Ainda que no Nordeste a aprovação ainda seja maior (60%), houve queda também, já que a aprovação era de 67% em dezembro.

A explicação para a queda tem o seu fundamento na inflação, principalmente os alimentos, que destrói as condições de vida das massas. Pesquisa da Associação Brasileira de Supermercados (Abras) apontou que a cesta de alimentos básicos teve aumento de 14,22% em 2024, bem acima da inflação oficial, já que o IPCA ficou em 4,83% em 2024. Os alimentos que mais pesaram foram: café torrado (aumento de 39,6% no ano), óleo de soja (29,22%), carne (25,25%) e leite (18,83%).

O governo federal criou um grupo de trabalho para estudar medidas para controlar os preços dos alimentos. Chegou a considerar, a princípio, inclusive uma sugestão da Abras para mudar o critério de validade de alguns produtos, para incluir a categoria “melhor antes” para produtos que perdem qualidade em determinado prazo, mas não oferecem risco à saúde. Após reação negativa, o governo descartou a medida, e agora analisa incentivos em créditos para certos produtores, reduzir tarifas de importação e isenções em reembolso dos cartões de crédito. Como se vê, nenhuma palavra sobre a reforma agrária ou o retorno da política de estoques públicos, fixação de preços de acordo aos interesses populares etc.

CONCLUSÃO:

Apesar dos resultados “positivos” de 2024, o mercado financeiro exige mais ajuste fiscal e o governo de frente ampla de Lula realizará mais ataques às condições de vida dos oprimidos nos próximos dois anos.

A fixação do salário mínimo em R\$ 1.518, ao mesmo tempo em que o DIEESE aponta que o salário mínimo para uma família de 4 pessoas deveria ser de R\$ 7.067,68 mostrou a disposição do governo em arrochar os salários em benefício dos parasitas da dívida pública. A perspectiva é de que os próximos dois anos sejam marcados por mais

ataques, como a desvinculação do salário mínimo dos benefícios previdenciários e assistenciais, bem como a desvinculação do orçamento da saúde e educação dos pisos constitucionais, tudo para proteger o capital financeiro, além do avanço à reforma Administrativa, que aprofundará o atraso salarial e precarização do funcionalismo

Assim, os assalariados e oprimidos em geral terão que responder com as reivindicações que unifiquem as massas em defesa de suas condições de trabalho e de vida, bem como combater as burocracias sindicais que conciliam com o governo! Para isto, terão de lutar com indepen-

dência de classe, defendendo e aplicando a democracia operária, e utilizando os métodos próprios da classe operária, a ação direta (assembleias, manifestações, paralisações, greves, ocupações, etc.). É preciso desenvolver a política de oposição revolucionária, para que esse programa e esses métodos ganhem expressão ao interior das organizações de massas, para conquistar sua independência política e organizativa diante da burguesia e seus governos, caminhando assim para construir o partido revolucionário e internacionalista, que abra caminho à luta revolucionária pelo governo próprio do proletariado, operário e camponês. ●

NACIONAL

PROFESSORES E POVOS INDÍGENAS DO PARÁ ENFRENTAM O GOVERNO DE HELDER BARBALHO CONTRA A PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO ESTADO

No dia 02 de fevereiro, se completaram 20 dias da ocupação indígena na Secretaria de Educação (SEDUC) do Estado do Pará, em Belém. No momento, a ocupação ocorre ao mesmo tempo que a greve dos trabalhadores em educação do Estado, que foi deflagrada no dia 16 de janeiro, em assembleia do Sintepp (Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará) pelos trabalhadores em educação do estado.

Dois dias antes da greve, o movimento indígena ocupou a sede da SEDUC (Secretaria de Educação do Estado) exigindo a revogação da lei 10.820/2024, e garantia do ensino presencial nas comunidades indígenas. A lei extingue o Sistema de Organização Modular de Ensino Indígena (Somei) do Pará, e ataca o ensino presencial nas comunidades indígenas, impondo EAD nas comunidades que não têm a mínima estrutura para tal modalidade de ensino. O movimento ganhou adesão e no momento conta com mais apoio.

Segundo o Sintepp, a medida é uma farsa, pois não há energia elétrica nem sinal de internet suficientes nas comunidades, e a retirada dos docentes das terras indígenas e ribeirinhas prejudica as comunidades locais, que sofrerão o prejuízo. Além disso, a lei 10.820/2024 modifica o plano de carreira (PCCR), extingue o Some (Sistema de Organização Modular de Ensino), o estatuto do magistério, extingue gratificações, altera carga horária de trabalho, entre outras.

No dia 18 de dezembro, os professores do estado estiveram na Assembleia Legislativa do Pará, para protestar contra o projeto de lei 729/2024, que estava sendo votado nesse dia, mas foram alvos de violenta repressão pelo batalhão de choque da PM, a mando do governador do estado, Helder Barbalho. Na ocasião, dois professores foram atingidos por bala de borracha.

A principal pauta da greve é a revogação da Lei 10.820/2024 e a demissão do secretário de educação do estado, Rossieli Soares. Como as greves de professores de outros estados, o governo de Helder Barbalho tentou desmobilizar e criminalizar o movimento, recorrendo a artimanhas como cooptar as lideranças ou acionar o Tribunal de Justiça do estado para multar o Sintepp em R\$ 60 mil em multa por dia. E até propagando fake News para desacreditar a luta. O movimento respondeu ao autoritarismo do governo, mantendo a greve e ocupação, e realizando a marcha a Marcha Estadual pela

Educação na Amazônia. A marcha compõe uma das atividades da greve.

Os professores e indígenas mantêm unidade na luta em defesa da educação pública do estado e presencial para as comunidades indígenas. No momento, há uma chamada do Sintepp para assembleia, a ser realizada no dia 3 de fevereiro.

O desmonte da educação no Pará é parte dos ataques à cultura e à educação do Estado, que também se insere dentro do conjunto de ataque aos direitos trabalhistas e sociais, assim como precarização da educação pública do país, como o novo ensino médio e reformas nos planos de carreira, salários e direitos dos professores que ocorrem em diversos estados do país. A crise do capital obriga as burguesias a preservarem seus lucros, atacando os trabalhadores e destruindo direitos sociais. O arcabouço fiscal de Lula é a expressão disso, pois limita gastos com saúde, educação e assistência social. Nos fatos, a implementação da EaD nas comunidades indígenas objetiva reduzir custos em força de trabalho, transporte, condições edilícias e outras necessidades, para reduzir os gastos orçamentários em educação; abrir um novo negócio aos empresários da EaD para lucrarem; apaga os métodos e ensinamentos culturais surgidos da história e prática dos povos indígenas, impondo uma educação unilateral e em favor da burguesia contrária ao direito dos povos originários; particularmente, impõe aos povos indígenas uma formação e educação unilateral que os impede desenvolver, em contato com os professores, um pensamento crítico e pautado na cultura própria.

Por isso é preciso situar a luta dos professores no campo da luta de classes, com um plano de reivindicações unitário, para que os movimentos e greves não se subordinem aos governos, e compreendam a precarização como avanço dos interesses de lucro da burguesia sobre a educação, e de disciplinamento visando a retirar mais direitos e continuar violando os direitos dos povos originários. O EAD é parte desses interesses que caminham para a privatização da educação pública. ●

Todo apoio à luta dos professores e indígenas do estado do Pará! Que a greve e a ocupação continuem e o governo de Helder, assim como o secretário Rossieli Soares sejam derrotados.

A Petrobrás e o entreguismo do governo de frente ampla

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS MAIOR QUE O LUCRO LÍQUIDO

No ano de 2024, a Petrobrás distribuiu 64,2 bilhões de reais em dividendos aos seus acionistas. A soma inclui os dividendos ordinários e os extraordinários, que foram motivo de crise política na empresa, no segundo semestre de 2024, culminando na troca do presidente da empresa. Chama a atenção que o lucro líquido da Petrobrás em 2024 foi de 53,65 bilhões de reais, ou seja, a distribuição aos acionistas de dividendos superou o lucro líquido.



Ao invés de os lucros servirem ao financiamento do desenvolvimento das forças produtivas internas, ao aumento do orçamento em saúde e educação, aos subsídios sociais a desempregados etc., enriquecem aos que parasitam das riquezas do país. **A essa política burguesa se opõe a política proletária para decidir sobre o destino dos recursos disponíveis da exploração e sua aplicação de acordo aos interesses das massas e da nação oprimida - controle operário.**

A medida beneficiou os acionistas privados, que detêm 63,4% das ações preferenciais, boa parte na mão de acionistas estrangeiros, e governo federal, que possui 36,6% das ações preferenciais, em seu esforço garantir o déficit primário no ano de 2024 dentro dos marcos do Novo Arcabouço Fiscal, entre 0 e 0,25% do PIB.

No Plano Estratégico 2025-2029, anunciado em novembro de 2024, a

Petrobrás pretende distribuir 273,6 bilhões de reais em dividendos ordinários, e 60 bilhões de reais em extraordinários, ou seja, serão 333,6 bilhões de reais previstos para os próximos anos, estrangulando a capacidade de investimentos em prospecção e capacidade de refino da estatal.

PETRÓLEO BRUTO COMO PRINCIPAL PRODUTO DE EXPORTAÇÃO

No ano de 2024, o principal produto na pauta de exportação do Brasil foi o petróleo bruto (sem processamento via refino), que correspondeu a 13,3% das exportações, e alcançou US\$ 44,8 bilhões. Entre os compradores, está o Estado genocida de Israel. Em segundo lugar, ficou a soja, com 12,7% e US\$ 42,9 bilhões, seguido por minério de ferro, açúcar, óleos combustíveis (refinados), carne bovina, café e celulose.

Praticamente metade da produção de petróleo é exportada sob a forma de óleo cru, já que a produção aumenta ano a ano, e as refinarias nacionais (parte pertencente à Petrobrás e parte na mão do capital privado internacional) se encontram com praticamente 100% de sua capacidade de refino ativa e não há previsões de investimentos significativos no setor.

Estes fatos evidenciam o quadro de desindustrialização do Brasil e a incapacidade do governo de frente ampla de alterar a situação, bem como que a gestão da Petrobrás tem servido aos interesses privados e estrangeiros.

PERMANÊNCIA DO PREÇO DE PARIDADE DE IMPORTAÇÃO (PPI)

No ano de 2024, o preço do diesel ficou a maior parte do tempo acima do preço de paridade de importação (PPI). Isto porque, nos momentos de queda do petróleo no mercado internacional (em agosto de 2024 o preço se manteve em torno de US\$ 70) e/ou valorização do real, os preços não foram reajustados.

Agora, devido a um leve aumento do preço do petróleo e valorização do dólar no final do ano passado, a Petrobrás anunciou o aumento do preço do diesel em 6,29%, uma alta de R\$ 0,22 por litro. Em fevereiro, ocorrerá também o reajuste do ICMS sobre o diesel, que encarecerá em R\$ 0,06 por litro, o que deve pressionar a inflação dos preços dos alimentos, justamente no momento em que o Governo anuncia medidas para tentar baratear estas mercadorias.

O controle dos investidores estrangeiros e do próprio estado sobre a produção serve ao enriquecimento dos capitalistas, seja por meio da apropriação direta dos investidores estrangeiros, levando grande parte do lucro para fora do país, seja por intermédio do estado, que repassa grande parte de seus lucros correspondentes para as mãos do capital financeiro, via pagamento da dívida pública. O Arcabouço Fiscal é uma peça chave nessa política do governo antinacional. Ao invés de os lucros servirem ao financiamento do desenvolvimento das forças produtivas internas, ao aumento do orçamento em saúde e educação, aos subsídios sociais a desempregados etc., enriquecem aos que parasitam das riquezas do país. A essa política burguesa se opõe a política proletária para decidir sobre o destino dos recursos disponíveis da exploração e sua aplicação de acordo aos interesses das massas e da nação oprimida - controle operário. ●

A política operária é de reestatização da Petrobrás e das subsidiárias privatizadas, sem indenização, e controle operário coletivo, que determinará os preços de acordo com as necessidades da maioria oprimida, e não das multinacionais, bem como os investimentos necessários!

As dificuldades para se obter a casa própria, e os aluguéis cada vez mais altos, puxados pela inflação, aumentam o número de favelas e moradores de rua em todo o Brasil

De acordo com o IBGE, o número de brasileiros que moram de aluguel aumentou nas últimas décadas. Em 2022, 20,9%, 42,2 milhões da população brasileira, vivem em imóveis alugados. Esse número representa um aumento de 35% em relação a 2010, ao que tudo indica, esses números se ampliaram nos últimos três anos. Com as mudanças no Programa “Minha Casa Minha Vida”, que aumentou os percentuais de entrada para a compra de casas usadas em 30% nas regiões Norte e Nordeste, em 50% nas regiões Sul e Sudeste, o sonho de uma parcela das famílias de sair do aluguel fica cada vez mais distante.

O número de pessoas morando de aluguel é maior nas grandes cidades, onde há uma ocupação territorial maior, e a especulação imobiliária também é maior nesses lugares. São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília lideram como os lugares mais caros. Outro elemento que contribui com esse fator é a dificuldade dos financiamentos, atualmente as grandes construtoras exigem uma entrada de 20% a 30% do valor total dos imóveis novos ou na planta. A média dos valores de um apartamento em São Paulo, por exemplo, varia de acordo com os bairros. Na Vila Mariana, esse valor passa dos R\$ 900 mil, para um apartamento de 2 quartos, no Tatuapé pode chegar a R\$ 580 mil. Para os assalariados, é muito difícil possuir cerca de 174 mil em mão para dar de entrada em um financiamento de um desses apartamentos. Aqui é pos-

sível perceber que o “direito à moradia”, tão alardeado pela democracia burguesa, passa longe dos lucros dos capitalistas do setor.

Sem acesso ao financiamento, as famílias são jogadas para os aluguéis, que giram em torno de R\$ 2.400 para um apartamento de 80 m², com 2 quartos, em São Paulo, por exemplo. No Rio de Janeiro, esse valor é ainda maior, R\$ 3.839,01, também dependendo do bairro. De acordo com o PROCON, em parceria com o DIEESE, o valor da cesta-básica em setembro de 2024, foi de R\$ 1.194,79, a cesta mais cara do país. No Brasil, cerca de 60% dos trabalhadores ganham até um salário mínimo, mesmo que a média salarial em São Paulo seja maior que nos demais estados, pouco mais de R\$ 5 mil, fica clara a dificuldade de custeio com os aluguéis ou financiamento de um apartamento. É preciso considerar os demais gastos com as tarifas cada vez mais altas de água, energia e transportes públicos, sobretudo, depois das privatizações desses setores. Os números nos permitem compreender o porquê do aumento do número de sub moradias urbanas ou mesmo o número de moradores de rua.

Considerando a superexploração da mão-de-obra, associando-a com o alto preço dos aluguéis e o alto custo de vida, principalmente nas grandes cidades, dentre outros elementos, esses são os principais fatores que têm feito crescer de forma absurda o número de moradores de rua. Segundo o Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a Po-

pulação em Situação de Rua, da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), o número de pessoas vivendo em situação de rua, em todo o território brasileiro, aumentou cerca de 25 % em todo o país. Em dezembro de 2023, esse número era de 261.653 moradores. No mesmo mês de 2024, esse número subiu para 327.925. Esse número é 14 vezes maior que o apurado 11 anos atrás, quando 22.922 viviam nessa situação.

O maior número desses moradores está na região Sudeste, com 204.714 pessoas, o que representa 63% do número total. Em seguida, aparece o Nordeste, com 47.419 pessoas, 14% do total.

De acordo com a Fundação João Pinheiro, o Brasil, em 2022, contava com um déficit habitacional de mais de 6 milhões de moradias. Só em São Paulo, existem mais de 590 mil imóveis desocupados, segundo o IBGE em 2022, isso representa 12 vezes mais o número de pessoas em situação de rua na cidade.

Segundo o censo demográfico do IBGE, de 2022, 8,1% da população no Brasil vive em favelas, 16.390.815 habitantes. De acordo com o IBGE, o número de favelas no Brasil cresceu 95%, nos últimos 12 anos. Em 2010, havia 6.329 favelas, enquanto, em 2022, o número chegou a 12.348. Desse percentual, há uma estimativa de mais de 10 milhões que moram em áreas de risco, segundo o Cemaden (Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais). São desses números que, em todos os anos, assistimos nos noticiários as “tragédias”, produzidas pelo capitalismo em decadência,

//

...

No Brasil, cerca de 60% dos trabalhadores ganham até um salário mínimo, mesmo que a média salarial em São Paulo seja maior que nos demais estados, pouco mais de R\$ 5 mil, fica clara a dificuldade de custeio com os aluguéis ou financiamento de um apartamento. **É preciso considerar os demais gastos com as tarifas cada vez mais altas de água, energia e transportes públicos, sobretudo, depois das privatizações desses setores. Os números nos permitem compreender o porquê do aumento do número de sub moradias urbanas ou mesmo o número de moradores de rua.**

FOLHETO

PARA ONDE
marxismo ~~re~~ revisionismo
VAI O CERQUI

Adquirir com nossos militantes!

continua |>

como parte de sua barbárie.

Com os fenômenos climáticos do aquecimento global, cada vez mais constantes e intensos, esses problemas têm sido banalizados pela burguesia em seus noticiários, com críticas vazias aos governantes. As “soluções” apresentadas pelos ambientalistas, de crescimento sustentável, não podem ser aplicadas, por conta da crise de superprodução do capitalismo, a anarquia da produção e a concorrência impedem que isso seja uma realidade. A defesa de


“políticas públicas” também contrasta com o parasitismo financeiro, onde o governo Lula, por meio de Fernando Haddad, aplica a política do Arcabouço Fiscal, cortando verbas dos setores sociais, para garantir sua medida de déficit orçamentário. A partir dessa análise, os deslizes e enchentes, que todos os anos assolam centenas de famílias em todo o Brasil, são a prova concreta de que a burguesia é incapaz de proteger os explorados. Pelo contrário, com o avanço do agronegócio, ampliou-

se a devastação dos biomas brasileiros, intensificando os problemas climáticos extremos.

Assim como a esmagadora maioria dos movimentos sociais no Brasil, o MTST (Movimento de Trabalhadores Sem Teto) sofre com a política de conciliação de classes, dirigidos majoritariamente por correntes ligadas ao PSOL, estão ancorados pela frente ampla, que os prendem às ilusões de possíveis programas sociais ou negociações com os governos municipais, esta-

duais e federais. Seu principal líder, Guilherme Boulos, em sua disputa pelo cargo de prefeito na capital paulista, fez questão de desligar sua imagem do movimento, suas falas foram no sentido de negar a necessidade de radicalidade do movimento. O movimento precisa buscar a independência de classe e se pautar nos métodos da classe operária da ação direta (ocupações, bloqueios, greves, etc.), é preciso quebrar qualquer ilusão nas instituições burguesas do capitalismo decadente. ●

As migalhas de Lula para a categoria: O PROGRAMA “MAIS PROFESSORES”

 Lula e o governo de Frente Ampla foram eleitos com o discurso de que defendiam a ciência, valorizavam a escola e os professores. No entanto, na prática, estão avançando com as medidas que sucateiam, precarizam e destroem o ensino público. Na teoria, Lula e o PT se dizem diferentes de Bolsonaro ou de Tarcísio. Na prática, atuam de forma conjunta com bolsonaristas para solapar a escola pública, laica e gratuita para todos, trocando-a por uma escola fundamentalista cristã, privatizada e que expulsa a juventude pobre.

O governo Lula sancionou a Reforma do Ensino Médio, que na prática permitiu que os sistemas de ensino reduzissem a carga horária presencial dos alunos, substituindo-a pelas tarefas nas plataformas digitais. Com isso, contribuiu decisivamente para o enxugamento curricular em vários estados do Brasil, incluindo SP, o que resultou na demissão de milhares de professores. A tal da “reforma” veio para isso, para enxugar o currículo, botar na rua parte da categoria e precarizar outra parcela. Irá regulamentar em breve o ensino a distância, como se já não estivesse aberta a porteira dos diplomas caça níqueis, e por aí afora o governo do PT venha privatizando a educação e submetendo a escola pública às imposições do Banco Mundial e do imperialismo.

Na segunda semana de janeiro, Lula anunciou, junto do ministro da educação Camilo Santana, com toda pompa e cerimônia, o Programa “Mais Professores”. O PT de Lula e uma parte da burguesia dita ilustrada das cidades compreende que, com tanta destruição, a carreira de professor se tornou “desestimulante”. É a linha do Banco Mundial para os países “em desenvolvimento” um projeto de educação “que funcione”. Então, para resolver o problema, Lula lançou o “Mais Professores”.

O governo está oferecendo mil reais para o estudante de licenciatura que tiver renda per capita menor que um salário mínimo. Porém, somente setecentos seriam pagos mensalmente, o restante ficaria depositado para ser resgatado ao final do curso, espécie de poupança forçada para o estudante concluir a graduação. O mesmo esquema foi pensado para o chamado “Pé-de-meia”, tentativa de conter a evasão escolar no ensino médio, e que agora se encontra suspenso pelo TCU. A outra jogada do governo no “Mais Professores” é pagar cerca de dois mil reais mensais de bolsa para o professor

que atuar em áreas onde a falta de profissionais é absoluta, pelos dois primeiros anos que o profissional ficar lá, além do salário que ele for receber da instituição de ensino local.


São migalhas que não vão mudar a falta crônica de professores em algumas regiões no país, e que tende a se agravar nos próximos anos. No entanto, o governo precisa fazer alarde dessa ação “estratégica”, assim como fez alarde sobre a lei que proíbe o uso de celulares nas escolas. Esse barulho todo da propaganda governista existe para que não se trate da questão salarial, pois a inflação está corroendo o poder de compra dos assalariados, e jogando muitas famílias para viver na rua. O preço dos aluguéis subiu 13,5%, enquanto a cesta básica encareceu no ano passado em 16 das 17 capitais analisadas pelo DIEESE. O “piso do magistério”, reajustado para R\$ 4.866,77 para 40h, é abaixo do salário mínimo do DIEESE (R\$ 7.067,68) e simplesmente descumprido por mais de 700 prefeituras pelo país.

O governo Lula é incapaz de resolver a contradição da falta de professores em algumas regiões (que contrasta com seu desemprego nas grandes cidades), e dos constantes ataques à carreira e à escola pública perpetrados pela burguesia. A escola burguesa é destruída e rebaixada para que a classe operária se mantenha na ignorância, já que as forças produtivas não estão em expansão, pelo contrário, recuam sob a forma de desindustrialização, quebra de empregos qualificados, etc. A burguesia precisa apenas que o operariado saiba ler e escrever seu nome, para fingir que no Brasil existe trabalho livre. Mas, o que a classe operária vive é a escravidão assalariada. Então, a burguesia finge que constrói uma escola científica, mas nos momentos de crise precisa destruí-la e substituí-la por propaganda estatal e religiosa. Precisa tirar os jovens da escola para moê-los com seus empregos estafantes em jornadas exaustivas.

Cabe àqueles com consciência de classes juntar-se ao partido revolucionário, sob a bandeira da revolução internacional e do socialismo, para expropriarmos a burguesia, para organizar a verdadeira escola científica, que será construída pela revolução, e que unirá o mundo da produção ao mundo do conhecimento, para enfim superarmos, no advento do comunismo, o antagonismo entre trabalho manual e trabalho intelectual, e a dissolução das diferenças de classes. ●

Governo impõe desemprego em massa sobre os professores, enquanto a direção da Apeoesp joga a assembleia para março.

Organizar empregados e desempregados para erguer a luta contra o governo, assembleia já!

 O governo de Tarcísio/Feder, aplicando as medidas do Arcabouço Fiscal do governo burguês de Lula Alckmin, entra no seu terceiro ano de mandato com um conjunto de ataques à educação pública, ampliando a destruição dos serviços públicos. Com a PEC 9/2023, o governo modificou a constituição do estado, diminuindo o percentual gasto com a educação, antes 30% do PIB paulista, agora 25% – a redução passa de 10 bilhões. Essa medida já impõe seus impactos este ano sobre os professores, com uma demissão em massa de docentes.

Para se enquadrar no novo orçamento, o governo continuou a fechar salas, mais de 400, segundo levantamentos do sindicato. Fechou o segundo turno de várias escolas em período integral (PEI) em todo o estado. Mexeu na grade curricular, aumentando as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, diminuindo as de Ciências da Natureza e Humanas. No geral, as últimas sofreram uma redução de 35,1%, de 2020 a 2025, depois da reforma do ensino médio. Para se ter uma ideia, Sociologia e Filosofia, praticamente sumiram da grade curricular, tiveram uma redução de quase 63% no currículo.

Criado ainda no governo Dória, os professores destinados a auxiliar os trabalhos com os equipamentos de tecnologia, os chamados PROATECS (Professor Orientador de Apoio Tecnológico) não existirão mais. Ao que tudo indica, esse trabalho será terceirizado (privatizado), diminuindo gastos e, consequentemente, ampliando o desemprego e subemprego na categoria. A SEDUC divulgou, nos últimos dias, um comunicado sobre a falaciosa “sala do futuro”. Entre outras medidas, a direção irá impor falta aos professores que não realizarem os registros na plataforma. A medida será usada por uma parcela dos diretores para perseguir e punir os professores. As escolas que continuam sem a mínima infraestrutura, muito menos internet, deixarão

as mãos livres a suas gestões, para marcar a falta aos professores que, mesmo estando na escola, poderão sofrer cortes nos salários.

Complementando esse conjunto de ataques aos professores, existe ainda uma defasagem salarial na categoria de quase 40%, segundo o DIEESE. Nem o reajuste do piso nacional de 6,27%, dado pelo governo federal, foi concedido agora em janeiro. O Piso Nacional para 40 horas/aulas passou a ser de R\$ 4.867,77. Mesmo com esse reajuste, o salário docente ainda estará longe do salário mínimo real, que será de R\$ 7.067,68, para esse ano, também segundo o DIEESE.

Neste ano, a média salarial dos profissionais de nível superior está estimada em de aproximadamente R\$ 7.711,17. O Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014, previa, em sua meta 17, a equiparação dos salários dos professores ao dos demais profissionais de nível superior de educação. O decênio do PNE (2014/2024) terminou no ano passado, e os professores continuam distantes da falaciosa meta 17, tão defendida pela burocracia sindical nos últimos anos e que lhe serviu para abortar as greves pelo reajuste salarial. Essa é mais uma amostra de que, no capitalismo decadente, não é possível fazer reformas que beneficiem os explorados, pelo contrário, o parasitismo financeiro do grande capital impõe uma brutal retirada de direitos. E também demonstra que os sindicatos que não se colocam pela defesa dos assalariados acabam servindo de instrumentos aos ataques dos governos.

Se não houver lutas por parte dos professores, o governo do estado vai continuar a enrolar para pagar os míseros 6,27%. E se der, com certeza será em forma de abono salarial, conforme tem feito nos últimos anos, para que o reajuste não incida sobre as evoluções e quinquênios de uma parcela dos professores, e menos ainda nas aposentadorias.

Como é possível perceber, além do desemprego em massa, o governo continua a atacar sistematicamente

o magistério. Só o faz com tanta maestria e tão desavergonhadamente porque conta com a colaboração da direção da Apeoesp, que faz de tudo para conter o instinto de revolta de uma parcela dos professores, e realiza o mesmo esforço para negociar esses ataques à categoria. Na perspectiva de conter a luta, aprovou em sua Plenária Intercongressual um “plano de lutas”, que prevê a assembleia somente para 21 de março. Essa plenária, em sua essência, esteve voltada a fortalecer o apoio ao governo Lula, que terá de aprofundar os ataques aos trabalhadores, por meio do Arcabouço Fiscal, base angular de sustentação do governo.

Prevedo o desemprego em massa dos professores pelas atribuições e as mudanças na grade curricular, na ampliação das PEIs e pelo fechamento das EJAs, a direção que se nega a chamar a assembleia com urgência, convocou porcamente um ato no dia 21 de janeiro, na frente da Secretaria Estadual de Educação. Segundo Maria Isabel, a burocrata que dirige ditatorialmente a Apeoesp há décadas, a reunião era para entregar ao subsecretário a pauta de reivindicações dos professores.

Mas, a ação da direção vai no sentido de diluir as tendências de luta surgidas entre as bases, e fechar o caminho à sua organização, que poderia lhe impor uma assembleia para dar uma resposta aos problemas. Na capital, a subseção da Lapa e as de oposição nas cidades do ABC, na grande São Paulo, estão organizando atos regionais, visitas nas escolas e realizando campanhas para mobilizar a categoria a defender suas reivindicações com seus métodos de luta, e para combater o governo e a direção traidora.. O caminho da organização independente, desde as bases e das subseções de oposição, sob um plano de reivindicações unitário em defesa dos empregos, direitos e salários, é um caminho a ser percorrido e para organizar uma frente única de luta para impor a convocatória de assembleias à burocracia e romper o imobilismo. ●

ESSE ANO COMPLETARÃO 10 ANOS DE UMA DAS MAIORES GREVES DO MAGISTÉRIO ESTADUAL PAULISTA

A direção burocrática da Apeoesp, nesses últimos anos, abriu mão das greves, em favor da sua política de colaboração de classes

A greve, que durou 92 dias, contou com a adesão maciça dos professores no início, refluindo no final, a partir da pressão do governador, na época, Geraldo Alckmin. Os professores reivindicavam aumento de 75,33% dos salários, que foram corroídos pela crise que se iniciou em 2008 e 2009, nos Estados Unidos, e se espalhou pelo mundo. A luta também foi contra o fechamento de salas e o processo de superlotação decorrente dessa medida. As reivindicações incluíam plano de carreiras, aumento de verbas para a educação, pagamento da bonificação atrasada e melhores condições de trabalho.

As assembleias ocorriam todas as sextas-feiras, durante os mais de três meses da greve, que, mesmo tendo o corte dos salários, se manteve firme e lutando. O governo Alckmin aplicava em São Paulo as medidas do governo Dilma Rousseff, que com o ministro da economia Joaquim Levy, concretizavam a política econômica do grande capital, e de redução dos déficits fiscais, e que, diante da crise, passou a impor arrocho salarial ao funcionalismo, estímulo às demissões com as MPs 664 e 665, privatizações e terceirizações.

Havia, naquele momento, um número grande de professores que tinham acabado de se efetivar, com poucas aulas e salários mais rebaixados que os demais. Esses professores fizeram parte do núcleo duro, que resistiu até o final da greve, e compuseram os

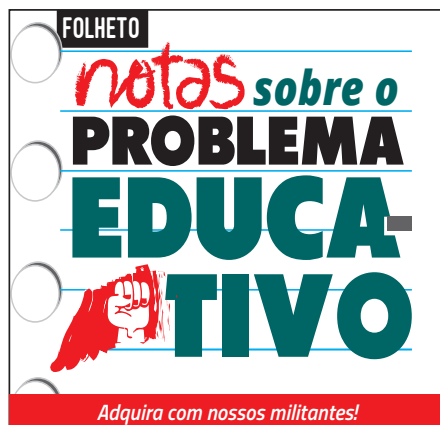
comandos, que eram firmes e combativos. Uma parcela desses professores acabou deixando o magistério depois, outra continua firme, ajudando a construir a luta, mesmo na situação atual do sindicato, que é o da contenção das lutas, de traições e de completa submissão aos governos e suas medidas.

A direção burocrática foi arrastada na maioria das assembleias, pela vanguarda mais consciente que se apoiava na radicalização de um amplo setor da base para impor a continuidade da greve sobre a burocracia. Um dos elementos que contribuiu com o enfraquecimento da mobilização, do meio para o final, foi a falta de um fundo de greve. A direção burocrática ficou jogando a responsabilidade para as subseções e para os professores de forma individual. Em algumas subseções, as direções regionais fizeram esforço para pagar as contas de água, luz, remédios e doação de cestas-básicas para uma parcela dos professores que tiveram seus salários cortados. Muitos professores se endividaram com os bancos, solicitando créditos, o que de certa forma contribuiu para um arrefecimento de uma parcela deles nas mobilizações posteriores, sob pressão das condições econômicas e da necessidade de pôr comida no prato. É claro que a ausência de lutas e greves de outros setores nesse período contribuiu para o isolamento e com a ofensiva do governo, e levou ainda mais a um retrocesso da luta, e enfraquecimento da disposição de luta dessa parcela da vanguarda de base.

Um dos principais grupos de oposição que compunham a direção coletiva da greve, através dos comandos e das subseções, era organizado pelo PSTU. Vergonhosamente, esse grupo propôs o “recuo tático” já no primeiro mês da greve. Essa vacilação já dava sinais de que essa corrente centrista começava a refletir as pressões e temores individuais, um recuo político perante a ofensiva do governo, refletindo sua acomodação, ao longo dos anos, à política venal da burocracia que foi disciplinando

esse grupo para a sua política de conciliação de classes e democratismo. Hoje, está claro que o PT e sua principal corrente, Articulação Sindical, funcionou e funciona como uma espécie de corpo celeste que atrai para o seu campo de gravitação as diferentes correntes da esquerda, sejam elas do campo mais reformista, como o PSOL, MRT, PCB e PCdoB, sejam os centristas como PSTU e MRT. Essa atração se realiza pela política aparelhista dessas correntes, que subordinam sua política nas greves à sua estratégia eleitoral e vantagens que obtêm do controle de parcela do aparelho sindical (via subseções). A maior parte dessas correntes se afastou do PSTU no período do golpe contra o governo Dilma, fundando o grupo Resistência, que, em seguida, entrou para o PSOL. Nas últimas eleições para a presidência, o PSOL se tornou um dos principais partidos de esquerda que compõem a Frente Ampla burguesa, sobre a qual foi eleito Lula. Essa aliança também se refletiu na última eleição da direção da Apeoesp. Disciplinados pela burocracia venal, esse grupo compôs a chapa da direção burocrática. Atualmente, esse grupo da oposição (PSOL, PCdoB, Esquerda Socialista, etc.) está completamente subordinado pela Articulação Sindical, pior, se tornaram os leões de chácara dos burocratas, ao comporem a direção governista. As pautas mais reacionárias no Conselho Estadual de Representantes, como a fala de um dos representantes dessas correntes, que disse em uma das reuniões que a direção deveria criar mecanismos para impedir os grupos da oposição de “falar mal da direção”, dá conta de sua submissão à política burguesa.

Logo depois da greve de 92 dias, derrotada pelo governo, pois não conseguiu nada de reajuste, o governo impôs a chamada “reorganização”, na qual dividia as escolas por níveis, e fecharia mais de 94 escolas, transferindo mais de 300 mil estudantes, muitos desses para regiões distantes de suas moradias. Os alunos responderam esse



ataque com as ocupações que se iniciaram em São Paulo e se espalharam pelo Brasil inteiro. O governo usou sua imprensa burguesa, e em seguida a polícia, para desocupar as escolas com violência. Houve apreensão de estudantes e professores. Em muitas escolas, as direções impuseram os métodos do terrorismo de estado, perseguindo e caluniando os adolescentes, dizendo que estes vandalizavam as escolas, etc. Diante da violência do governo, os estudantes radicalizaram suas ações, saindo das escolas e fazendo trancaços das avenidas, sobretudo na capital, fechavam as ruas com as próprias carteiras das escolas. Em algumas escolas, havia a participação também das famílias e visitas de membros de algumas instituições, como OAB e Ministério Público. A participação das famílias e professores ajudou o movimento a ser vitorioso, o governo teve de recuar, sobretudo depois de sua popularidade ter caído bastante. Isso demonstrou que havia a possibilidade de uma unificação imediata com a luta dos estudantes para retomar a greve da categoria, mas as direções reformistas, estalinistas e centristas tinham acomodado-se à derrota.

Depois das ocupações, o governo passou a cooptar os grêmios estudantis, controlando suas eleições, colocando professores para tutorar os alunos, e um vice-diretor para controlar o processo. A esmagadora maioria dos grêmios foram convertidos em tarefeiros das direções das escolas para as campanhas das avaliações externas, de igualdade de gênero, campanhas contra a violência nas escolas, etc. Assim o governo desviou a tendência de luta e a resistência dos estudantes, neutralizando seu poder e força coletiva para defender e impor suas reivindicações próprias que, naturalmente, se chocariam com a esmagadora maioria das direções das escolas, que funcionam como correia de transmissão da política de sucateamento da educação.

Esse fenômeno de cooptação dos grêmios só foi possível por conta da completa estatização do movimento estudantil pelo governo federal, que nos últimos anos, assim como os demais movimentos, se tornaram uma caixa de ressonância da política eleitoral do PT e seus satélites. Na atualidade, o movimento estudantil existe

apenas como representação formal, e é usado para fazer a defesa do governo de frente ampla burguesa, portanto, de seus ataques, a exemplo do NEM.

Depois de três anos dessa histórica greve, a atual segunda presidente do sindicato, Maria Izabel Noronha, se elegeu como deputada estadual para a Assembleia Legislativa de São Paulo, pelo PT. A partir desse momento, aproveitando-se também do período da Pandemia, a direção sindical passou a isolar a vanguarda e romper completamente com os métodos da luta de classes (greves, bloqueios, ocupações, etc.), para adotar uma nova forma de conciliação de classes, que aplica fundamentalmente as medidas jurídico-parlamentares.

A partir desse momento, os diferentes governos de Geraldo Alckmin, João Dória e agora, de Tarcísio de Freitas, impuseram inúmeras e graves derrotas ao magistério: reforma da Previdência, reforma administrativa, nova carreira com menos direitos, confisco salarial dos aposentados, redução das verbas em mais de R\$ 10 bilhões, com a MP9/2023, atribuição on-line, plataforma, entre outros. Esse é o resultado do processo de afastamento dos métodos da luta de classes e de imposição arbitrária da política de colaboração de classe e dos métodos burgueses pela burocracia.

Na atualidade, mais de 50% dos professores são contratados, o aumento das escolas em período integral impôs uma avalanche de fechamento de turnos, EJAs e salas de aulas. Em 2015, a rede contava com mais de 226 mil professores. No ano de 2024, esse número não passou de 190 mil. Segundo dados do IBGE, nos últimos 13 anos, até 2022, a população do estado cresceu em 3,1 milhão habitantes, sendo o estado mais populoso do país, com mais de 41 milhões no último censo. Com esses números, percebemos que o governo amplia a superexploração sobre os profissionais do magistério, ao ampliar o número de estudantes por sala, com menor quantidade de professores e salários rebaixados; e pior ainda: joga para fora uma parcela da juventude mais pobre, ao não lhe garantir o direito a combinar o trabalho com o estudo, por meio do fechamento das EJA e da implementação das PEIs, ampliando, assim, sua marginalização, ao negar

seu direito ao estudo. Muitas escolas, para mascarar os índices, transferem os estudantes faltosos à revelia das famílias, com o chamado *Ncom* (não comparecimento). O governo e as direções desconsideram que uma parcela dessa juventude é obrigada a trabalhar para garantir o sustento das famílias, alguns são obrigados a cuidar dos irmãos mais novos, para que os pais possam trabalhar.

Como podemos ver, a ausência das greves, nesses últimos 10 anos, é a maior prova da completa traição da direção, que colabora com o governo em seus sistemáticos ataques. Guilherme Lora diz que os sindicatos são as escolas para o socialismo. Vladimir Ilich Lenin considerava que as greves eram importantes porque ensinavam aos trabalhadores que eles não estavam sozinhos e que tinham direitos. Para Lênin, as greves eram uma resposta inevitável à exploração e injustiças do sistema capitalista.


Hoje, existe uma massa de professores na rede estadual de São Paulo atualmente que não conhece a greve e seu poder para organizá-los e abrir uma via para derrotar os governos e impor suas reivindicações, sem essa formação política coletiva, que é rápida e eficaz, por surgir da prática e experiência concreta, a categoria continua sendo atacada sem poder responder coletivamente com os métodos próprios do proletariado.

A vanguarda do magistério que não abandonou a luta pela defesa das reivindicações e direitos coletivos com a luta direta, com a ação coletiva, com os métodos próprios dos assalariados, e que luta por romper com o bloqueio da burocracia governista, e rejeita os métodos dos centristas de se subordinarem a ela, tem por tarefa reivindicar a luta de classes e o programa que de fato mobiliza a categoria para conquistar seus direitos, suas reivindicações e sua independência de classe perante os governos. É assim que a base e as novas gerações, a partir de sua experiência na luta e em combate contra o democratismo e subserviência das direções, retomará os caminhos da greve de 2015 e a incorporará na sua luta como parte de sua história. ●

Viva a greve dos professores de 2015!!

MUNICIPAIS SÃO PAULO

Responder com a greve aos ataques de Nunes!

 Os trabalhadores da Educação no município de São Paulo iniciaram 2025 apreensivos, com o possível desfecho da implementação da lei 18.221, sancionada por Ricardo Nunes/MDB em 28/12/24, pois, mesmo diante de inúmeros ataques à carreira e ao salário, as burocracias sindicais não sinalizaram em nenhum momento para a antecipação do calendário de lutas, mantendo a convocação de assembleia com paralisação apenas para 18/03/25, ou seja, prevendo iniciar o ano letivo normalmente, como se nada tivesse ocorrido.

No entanto, mesmo sendo janeiro um mês de férias coletivas dos professores e mês principal de opção de férias de outros segmentos da educação, acreditamos que a pressão da categoria aos sindicatos se fez presente ainda que de forma individualizada, pois o governo continuou anunciando que a implementação da lei estava em andamento, com a finalização de algumas normativas específicas, além de anunciar que realizaria a privatização de 50 escolas com pior nota no IDEB.

Em janeiro, no dia 27/01, foi publicado o Decreto nº 64.014, que regulamenta a concessão de licenças para tratamento de saúde, por motivo de doença em pessoa da família, compulsória, por acidente de trabalho ou por doença profissional ou do trabalho, à gestante, licença-maternidade especial, licença-paternidade e de horário amamentação, bem como de readaptação funcional, de horário especial de trabalho, de aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho, de benefício assistencial e a realização de exame médico admissional em candidatos a ingresso no serviço público municipal. O decreto restringe e dificulta a concessão de licenças, bem como determina a convocação de todos os servidores readaptados para realização de nova perícia, com a clara intenção de cessar algumas readaptações. Ainda em relação às readaptações, houve (segundo informes da diretoria do SINESP em reunião realizada com os gestores da DRE Pirituba/Jaraguá, em 23/01/25) uma grande movimentação dos servidores readaptados em janeiro, buscan-

do informação para cessar seus laudos médicos, para não ter seus salários reduzidos em função da perda da JEIF (Jornada integral de formação), conforme determinado pela lei 18.221.

Nos dias 28 e 29/01, ocorreram as reuniões das equipes gestoras com as suas respectivas diretorias de ensino, e os porta vozes do governo também anunciaram uma série de mudanças nas questões pedagógicas/curriculares, tais como a alteração do ciclo de alfabetização, que não será mais até o 3º ano, mas apenas até o 2º ano, por isso haverá uma intensificação nas metas de alfabetização, e atrelada a essa discussão foi levantada a necessidade de reorientar o trabalho com a leitura e escrita desde a educação infantil, assunto muito polêmico na rede municipal, que tem um currículo de educação infantil que orienta na contramão da antiga pré-alfabetização. Foi mencionado ainda e já divulgada, uma minuta que altera a formação continuada em serviço, que ocorre por meio da denominada formação da cidade, que até então era opcional e agora passará a ser obrigatória dentro da JEIF, assim como haverá mudança nos PEA (projeto especial de ação), em que até então as escolas tinham total autonomia para definir os seus temas de estudo, e agora precisará combinar os interesses da escola com um material que será enviado pela SME a todas as escolas.

Como se vê, o governo vai impor mudanças curriculares, pois é parte dos seus interesses de contenção de gastos com a educação bem como de favorecer os capitalistas da educação a se apropriarem de parte das verbas da educação por meio das assessorias, das plataformas, dentre outras ferramentas.

No dia 29/01, o prefeito fez a substituição da secretária executiva de SME (Secretaria municipal de Educação), trazendo para o cargo a ex-secretária de Educação de Curitiba, reconhecida pela defesa da educação integral e por ter ganho prêmio da UNESCO de alfabetização.

No dia 31/01, foi publicada nova normativa sobre processo de atribuição de classes/aulas, regulamentando os ataques contidos na lei 18.221, conferin-

”

...

(...) o governo vai impor mudanças curriculares, pois é parte dos seus interesses de contenção de gastos com a educação bem como de favorecer os capitalistas da educação a se apropriarem de parte das verbas da educação por meio das assessorias, das plataformas, dentre outras ferramentas. ■

do poder aos diretores de escola para atribuir as classes/aulas aos docentes, permitindo só a escolha do turno de trabalho, e reafirmando a possibilidade de remanejamento dos professores do módulo sem regência para outras escolas em que houver déficit de professores.

Como podemos observar, o governo continuou se aproveitando das férias escolares e do imobilismo das direções sindicais para avançar nos ataques à educação pública e seus trabalhadores, o que por certo fez com que houvesse pressão da categoria aos seus sindicatos, pois, a burocracia que compõe a COEDUC (SINPEEM, SINESP e SEDIN) convocou uma plenária sindical para o dia 08/02/25. Não temos nenhuma ilusão de que essa plenária foi convocada pela burocracia para impulsionar a luta, pois, se houvesse esse interesse, convocariam uma assembleia com paralisação – por certo será mais uma tentativa de conter a revolta da categoria e reafirmar o calendário imposto no congresso do SINPEEM. Por isso, a CSM/PPRI atuará junto a UICC para convocar amplamente os trabalhadores a participarem massivamente desta plenária, e exigirem que as direções rompam com seu corporativismo, divisionismo e imobilismo, construindo um movimento por meio da luta de classes, com a mais ampla unidade em defesa da educação pública e demais serviços públicos (segue em anexo boletim da UICC de convocação da categoria). ●

UNIDADE CLASSISTA, COMBATIVA E INDEPENDENTE

Boletim distribuído nas escolas e na Plenária da Coeduc - 2025**ASSEMBLEIA IMEDIATA PARA APROVAR A GREVE
E IMPOR A REVOGAÇÃO DA LEI 18.221/24
E DEMAIS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES
MUNICIPAIS DE SÃO PAULO**

Desde a aprovação do PL 826/24, no apagar das luzes em 18/12/24, seguida da sanção de Nunes/ MDB, em 28/12/24, que institui a lei 18.221/24, a direção do SINPEEM e demais entidades buscam iludir os trabalhadores com saídas pacifistas, respondendo inicialmente com a abertura de uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo contra a referida lei, que impulsiona a privatização, e ataca as condições de trabalho e salário dos servidores municipais, um verdadeiro desmonte das carreiras.

No início de janeiro, Nunes vem a público e anuncia, por meio de uma entrevista à CBN, que a aplicação da lei 18.221 envolveria, dentre outras medidas, a privatização da gestão de 50 escolas com a pior nota no IDEB. Esse pronunciamento fez com que parte das equipes gestoras começasse a pressionar os seus sindicatos por alguma medida de enfrentamento, mas obtiveram a mesma resposta, de apostar na ação direta de inconstitucionalidade, momento em que essas direções se empenharam para demonstrar as irregularidades de cada ponto dessa lei, alimentando a ilusão de que é possível a revogação por essa via, mesmo que apenas parcialmente, desconsiderando completamente que a justiça é

burguesa, e que portanto, os interesses privatistas desse governo tem respaldo de outras instâncias, inclusive no judiciário.

Como se não bastasse a manutenção do completo imobilismo das direções no momento da aprovação do PL, da sanção da lei e dos pronunciamentos do prefeito quanto à sua implementação, no final de janeiro, as entidades solicitaram uma reunião em SME, realizada no dia 22/01/25, e na ocasião buscaram negociar a não regulamentação da lei, ou seja, que o governo não aplicasse alguns pontos que estavam relacionados ao processo de atribuição de classes/ aulas. A intenção das burocracias sindicais foi a de retardar os efeitos da lei, e iniciar o ano letivo com uma aparente normalidade.

No entanto, o governo, mais uma vez, demonstrou que está disposto a ir até às últimas consequências, intensificando os ataques, diante da vantagem de não haver resistência coletiva organizada pelas direções sindicais. Dizemos isto, porque a resposta do governo à tentativa de negociação das burocracias sindicais foi de que novas normativas estavam em fase final de elaboração, com a finalidade de regulamentar aspectos da lei para sua rápida implementação, e que seriam enviadas para colaboração das entidades.

A direção do SINPEEM se pronunciou, dizendo que recusa o encaminhamento do governo e que defendem a revogação completa da lei, mas nada fazem de concreto para enfrentar Nunes à altura dos ataques. O governo segue com seu projeto de desmonte e publica, no dia 31/01/25, a normativa da segunda etapa da atribuição, confirmando os ataques previstos na lei 18.221/24.

Portanto, a Unidade independente classista e combativa defende a realização imediata de uma assembleia unitária, do conjunto do funcionalismo municipal, amplamente convocada pelas entidades sindicais, para que a classe delibere sobre a greve. Chega de dar trégua ao governo! É preciso ser consequente na luta real contra o avanço das políticas de ataque ao conjunto dos trabalhadores, como a privatização, a destruição dos serviços públicos e o aumento da exploração no trabalho através da precarização e retirada de direitos. Este enfrentamento não se dará por meio da democracia burguesa, mas pela ação direta dos trabalhadores unificados (greve, manifestações de rua, ocupações...), em torno de um plano de reivindicações unitário, partindo da defesa do emprego a todos, do salário e da manutenção dos direitos conquistados.

**TODOS (AS) À PLENÁRIA SINDICAL - DIA 08/02 ÀS 10H,
NO CENTRO DE FORMAÇÃO DO SINPEEM****(Rua Guaporé, 240 - próximo estação Armênia do metrô)**

A COEDUC, que está convocando esta plenária, é um bloco burocrático e corporativista, formado pelas direções do SINPEEM, SEDIN e SINESP, que tem servido para impedir a construção de uma ampla

unidade do funcionalismo. Portanto, a participação massiva da base nesta plenária é fundamental para romper com o divisionismo dessas direções e construir, por meio da luta de classes, a mais ampla unida-

de em defesa dos serviços públicos, não apenas contra Nunes/ MDB, mas também contra os ataques do seu aliado Tarcísio/ Republicanos e do governo burguês de frente ampla Lula/ Alckmin.



ppri4.org / [ppri.partido](https://www.instagram.com/ppri.partido)
ppri.partido@proton.me
correntesindicalmarxistagloria@proton.me //
correnteestudantilmarxistagloria@proton.me

Ato unificado de subsedes de oposição da Apeoesp do ABC

Em 27 de Janeiro, a coordenação da subseção de Santo André, professores das cidades de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires, São Bernardo, regiões da capital e de Campinas, somando dezenas de professores, reuniram-se de forma híbrida (presencial e virtual), para debater as causas do desemprego que desgraça a categoria de professoras e professores da rede estadual, como resultado da atribuição de aulas do governo de Tarcísio para o ano de 2025. Enquanto isso, a direção da Apeoesp mantém a assembleia para o dia 21/03, data aprovada na Plenária Inter-congressual (dezembro de 2024). Não há qualquer indício desses traidores da direção estadual em querer responder imediatamente aos ataques!

Esperar até fins de março para quem está sem classes, aulas ou mesmo com pouquíssima quantidade delas, signifi-

fica amargar com o desemprego e o subemprego. Significa deixar Tarcísio de mãos livres para destruir as condições de trabalho, desempregar milhares de professores, rebaixar os salários e garantir sua ofensiva destruidora do ensino público. Por isso, necessitamos organizar a luta desde agora, desde as bases, já a partir do dia 03/02, iniciar ações e medidas para defender os empregos e os direitos, e organizar uma forte mobilização para o ato do dia 23/02, para impor à burocracia que se convoque imediatamente uma assembleia de base para decidirmos coletivamente como enfrentar o governo!

Foi com esse objetivo que subsedes de oposição realizaram um debate na região do ABC, onde foi apontada a necessidade de realizar uma atividade junto da população assalariada e da juventude oprimida, objetivando criar as condições para uma campanha de

denúncia do autoritarismo e desmonte da educação pública no estado, e, sobretudo, para começar a organizar a base da categoria e as correntes que estejam dispostas a romper a política de conciliação de classes da direção da Apeoesp. Produto desse debate, foi aprovado um ato em frente à estação ferroviária de Santo André, no dia 31/01.

A CSM-LG participou da reunião e organização do ato, apesar de que o panfleto tenha sido mudado arbitrariamente (retirando bandeiras, reivindicações e propostas de luta), porque entendemos que é urgente e necessário impulsionar atividades e manifestações que abram um caminho a uma unidade frentista, para levantar e mobilizar os trabalhadores da categoria, visando impor a aprovação imediata de uma assembleia à direção, e construir uma greve em defesa dos empregos, salários e direitos. ●

NOTAS OPERÁRIAS

Organizar a luta nacional pelo fim da escala 6x1 e pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários!

A luta pela redução da jornada de trabalho sem redução de salários é parte da disputa travada entre o proletariado e a burguesia pela apropriação da mais-valia. A extensão e intensificação da jornada de trabalho, aumentando seus lucros, são vitórias dos capitalistas. A redução da jornada de trabalho e aumento salarial, melhorando assim as condições de vida, são vitórias dos operários.

A greve da Pepsico, no ano passado, foi a primeira ação destacada da classe operária pelo fim da escala 6x1. Certamente será seguida por outras. 40% dos ocupados no Brasil vivem na informalidade e no subemprego, o que significa escalas de trabalho muito superiores a 44 horas semanais, ou até a uma jornada de 6x1. De fato, existem, entre comerciários e outras categorias, escalas de 10x1 ou mais. É por isso que a luta iniciada pelos operários da Pepsico pode ser uma faísca para deflagrar novas greves, se for organizada, desde já, uma luta unificada contra a escala 6x1, 10x1 etc., sob um plano de luta unitário de reivindicações. É na força coletiva e na unidade baseada na ação direta que reside a vitória do movimento pela redução da jornada, e não nas negociações parlamentares e entre as burocracias sindicais traidoras e o patronato. E essa luta leva necessariamente a enfrentar e combater o gover-

no burguês de Lula/Alckmin, que continua aplicando a reforma trabalhista, que legalizou regimes de trabalho análogos à semiescravidão.

A plenária nacional organizada por organizações filiadas à CSP-Conlutas, no dia 25/01/2025, aprovou a convocatória de um ato nacional contra a escala 6x1. É um momento para a retomada da luta iniciada em 2024, que mobilizou dezenas de milhares de assalariados por todo o país. Após o ato, é preciso impulsionar, imediatamente, plenárias e assembleias, para continuar a luta contra a superexploração. **A reivindicação que pode unificar o proletariado e demais assalariados é a redução da jornada de trabalho e a divisão de todas as horas de trabalho, entre todos os aptos a trabalhar, sem redução dos salários! Os métodos que a imporão ao patronato são os da ação direta de massas (mobilizações de rua, ocupações de fábricas, bloqueios de avenidas e rodovias, a construção de uma greve geral etc.)!** ●

Pelo fim da escala 6x1! Defender a escala móvel das horas de trabalho (divisão das horas de trabalho entre todos os aptos, sem diminuição dos salários)! Salário mínimo vital de R\$ 7.067,68 (DIEESE)!



1ª Plenária Nacional pelo Fim da Escala 6x1 e pela Redução da Jornada de Trabalho

Para que serviu a Plenária da Conlutas?

Na sede da CSP-Conlutas, no dia 25 de janeiro, foi realizada a 1ª Plenária Nacional pelo Fim da Escala 6x1 e pela Redução da Jornada de Trabalho. Em formato híbrido (presencial e virtual), a plenária reuniu 150 pessoas presencialmente, e mais de 800 em “formato virtual”. Segundo afirmaram as correntes e partidos organizadores (PSTU, PCBR, CST, MRT, Unidos pra Lutar, Revolução Socialista-PSOL e Socialismo ou Barbárie), seu objetivo era “construir um calendário nacional de mobilização pelo fim da escala 6x1”, e exigir das centrais que “construam um grande plano de lutas”.

A estrutura da Plenária dividiu-se em três “blocos”: 1) apresentação política da plenária dos “organizadores” (5 minutos cada); 2) intervenções de entidades ligadas à luta contra a escala 6x1 (4 minutos), e 3) intervenções das organizações, movimentos e partidos (4 minutos). Os que falariam no segundo e terceiro blocos seriam sorteados, contabilizando um total de 17 in-

tervenções para cada bloco. Todavia, as falas deveriam refletir “a paridade de gênero”, sobretudo, priorizando as falas de mulheres. Foi também seguindo esse “critério de gênero” que foi instaurada uma “mesa feminina” para dirigir os trabalhos, com representantes do PCBR e PSTU.

Aprovou-se por “aclamação” uma Carta a ser distribuída nacionalmente, o 16 de fevereiro como 3º Dia Nacional de Lutas contra a escala 6x1, “incorporar esse movimento à mobilização para o 8 de março e o 1º de maio”, construir “encontros estaduais no fim do mês de março” e um plebiscito nacional.

UM REGIMENTO E ESTRUTURA BUROCRÁTICOS

A estrutura e o regimento de funcionamento não foram submetidos à votação da plenária, mostrando logo nesse momento que ela não passava de uma formalidade às decisões tomadas em reuniões de cúpula anteriores à sua convocatória. A composição da mesa também foi votada, enquanto

sua composição “feminina” devia servir de bloqueio a qualquer militante ou corrente que contrariasse os manejos burocráticos da mesa, que assim poderiam ser acusados de “machistas” e “violentos”. O sorteio ficou sob controle da própria mesa, sem a participação de membros da plenária que garantissem a transparência do processo. A decisão de que todos os encaminhamentos seriam “aprovados por consenso” significou, na prática, negar o direito da plenária votar posições e propostas divergentes.

Esses manejos favoreceram amplamente os partidos e correntes organizadoras. Os sorteios os beneficiaram, por contarem com maior número de inscritos, deixando assim de fora os partidos e movimentos com menor número de militantes, e que não foram “sorteados”, e assim não tiveram o direito a defender suas posições e propostas. Além dos cinco minutos garantidos a cada um dos organizadores na apresentação, quase todas as falas posteriores foram de correntes estudantis

”

...

A estrutura e o regimento de funcionamento não foram submetidos à votação da plenária, mostrando logo nesse momento que ela não passava de uma formalidade às decisões tomadas em reuniões de cúpula anteriores à sua convocatória. —

e militantes das correntes e partidos organizadores. A tal da “paridade de gênero” serviu também para que as militantes mulheres dessas mesmas organizações repetissem as mesmas falas. Sequer houve a proposta dos organizadores de solicitar à plenária que se garantisse o direito de pelo menos uma fala às organizações que não foram sorteadas, demonstrando que não se importaram com os métodos da democracia operária que garan-

continua →

te direito de fala a todas as correntes que constroem as lutas.

CONSTRUINDO A OPOSIÇÃO DE ESQUERDA PARA 2026

Se havia de fato a pretensão de iniciar um movimento coeso e radicalizado para impor ao patronato o fim das escalas 6x1, 9x1 ou 10x1, imediatamente depois do primeiro ato se deveriam convocar novas plenárias, para aprovar novas manifestações, e não convocar as próximas manifestações só para finais de março. Deveria-se inclusive aprovar um plano para panfletar as bases da burocracia direitista e reformista, convocando-as a se somarem à luta e pressionar suas direções. Mas, os centristas não querem disputar as bases desses sindicatos, porque precisam de manter “relações pacíficas” com os burocratas com os quais compartilham direções ou frentes burocráticas oportunistas para impulsionar abaixo-assinados, medidas judiciais e negociações legislativas em comum. Deixar que se decida uma luta nacional que exige uma centralização e unificação das medidas para dar mais força ao movimento nas regionais, pode colocar nas mãos dos partidos a decisão de trocar os atos de rua por atos simbólicos ou campanhas midiáticas inócuas entre setores da pequena burguesia, sob a justificativa de “não ter forças suficientes”.

Em uma fala de um dos militantes do VAT presentes na Plenária, assim como do MES (PSOL), se defendeu, desavergonhadamente, preparar a luta eleitoral de 2026, e se apoiar nos parlamentares “de nosso campo” para fazer avançar o projeto de lei pelo fim da escala 6x1. Os cen-

tristas e estalinistas, mais envergonhados, de tudo fizeram para acobertar seu objetivo de usar encontros e plenárias, assim como os atos e manifestações, para reconstruir a Oposição de Esquerda eleitoral.

A esse objetivo eleitoral serve, em última instância, a frente política entre o PSTU e o PCBR, que caminham de mãos dadas junto do MRT e correntes ditas “socialistas” do PSOL, por trás do objetivo de ir “construindo” uma oposição de esquerda para “lutar nas ruas e nas urnas” nas manifestações e atos. Eis a experiência do Bloco Classista do PSTU de 2021, que, sob justificativa de organizar a luta nas ruas contra o governo Bolsonaro, acabou servindo aos arranjos eleitorais entre as esquerdas para 2022. Colocada em abstrato, a “luta por uma saída socialista” serve para defender as frentes de esquerda e participar nas eleições burguesas para constituir um “Governo dos Trabalhadores” surgido dessas eleições. Assim, às escondidas, o PSTU, PCBR e aliados abriram uma via para construir a Frente de Esquerda para 2026.

UMA DENÚNCIA ABAFADA PELOS CENTRISTAS E ESTALINISTAS

Destacou-se, entre as intervenções, a de um assalariado do comércio pertencente à Conlutas, que após relatar que os comerciantes sofrem com escalas ainda mais estafantes que a 6x1 - a exemplo de 9x1 ou 10x1 - denunciou que no último congresso da Central se tinha votado uma campanha para organizar a luta do setor, mas que a direção da central priorizou a “pauta de gênero” e medidas de mobilização ao redor dessa, e nunca aplicou a decisão congressual. Nos fatos, o militante da

Conlutas fez uma denúncia do descaso da direção centrista em aplicar as decisões soberanas do Congresso e de priorizar reivindicações mais palatáveis a setores da pequena burguesia por motivações eleitorais. Com sua denúncia, reforçou a caracterização do Bloco feita no momento, de que da plenária não fosse convocada para decidir democraticamente sobre medidas, conteúdo dos materiais e as reivindicações, e sim para servir de suporte às decisões já tomadas nas reuniões fechadas dos partidos que a convocaram.

INTERVENÇÃO DO PPRI E DO BLOCO CLASSISTA E COMBATIVO

O PPRI se inscreveu com um delegado à Plenária, integrando o Bloco Classista e Combativo formado em janeiro deste ano, junto de correntes e partidos da Unidade Independente Classista e Combativa no Sinpeem e Apeoesp, além de agrupações de estudantes. Como parte de nossa intervenção, tínhamos aprovado apresentar propostas para serem votadas na Plenária, colocando a necessidade de unificar a luta contra a escala 6x1 no movimento contra o aumento das passagens, sob um plano comum de reivindicações orientado contra os interesses dos capitalistas e seus governos. Foi com esse propósito que apresentamos durante a plenária a Carta do Bloco, que publicamos na sequência desta nota.

Dos quatro membros do Bloco inscritos, nenhum foi “sorteado”; portanto, nos foi negado o direito de livre exposição de nossas propostas e divergências para consideração da Plenária. Apesar disso, apresentamos à comissão de sistematização a Carta do Bloco e solicitamos

“

...

Eis a experiência do Bloco Classista do PSTU de 2021, que, sob justificativa de organizar a luta nas ruas contra o governo Bolsonaro, acabou servindo aos arranjos eleitorais entre as esquerdas para 2022. Colocada em abstrato, a “luta por uma saída socialista” serve para defender as frentes de esquerda e participar nas eleições burguesas para constituir um “Governo dos Trabalhadores” surgido dessas eleições. Assim, às escondidas, o **PSTU, PCBR e aliados abriram uma via para construir a Frente de Esquerda para 2026.**

à mesa que, ao menos, um membro pudesse falar. Sem resposta favorável, decidimos apresentar moções de ordem para podermos intervir. A primeira, fizemos quando a mesa propôs reduzir de 4 para 3 os minutos de fala no 3º Bloco, defendendo a manutenção dos 4 minutos e aproveitando para denunciar o regimento e formato burocrático do evento. A segunda moção de ordem que apresentamos foi quando estava para ser votada a Carta dos organizadores. Entretanto, a mesa primeiro encaminhou a votação da Carta e, assim, de um canetaço, negaram nosso direito de apresentar divergências. De posse da palavra, o membro do PPRI, em representação do Bloco, assinalou que,

apesar da aprovação da Carta por “aclamação”, negou nosso direito democrático de opor nossas propostas, exigimos que se convocassem imediatamente novas plenárias, para aprovar novas medidas, logo após o ato do dia 16/02. Sabendo que contavam com maioria, a mesa encaminhou para votação. Perdemos por uma esmagadora maioria. Ficou claro então que a vanguarda e militantes ali reunidos iriam se disciplinar cegamente aos acordos burocráticos de suas direções.

AO FINAL, PARA QUE SERVIU A PLENÁRIA?

Em uma reunião onde dezenas de correntes e centenas de militantes de diferentes procedências teóricas e políticas estavam presentes e dedicadas a construir uma frente unitária para lutar pelo fim da escala 6x1, se devia impor a democracia

operária e, assim, a plenária decidir sobre todos os aspectos de regimento, organização, medidas e resoluções. Garantida essa democracia operária, a unidade frentista e a subordinação às decisões da maioria se torna consciente. Mas, foi o oposto que se impôs.

A centralização burocrática da plenária serviu aos interesses de uma burocracia de esquerda que se encastelou na Conlutas, e utiliza a central para seu aparelhismo partidário. Um exemplo disso foi a Carta aprovada por “aclamação”: não surgiu como produto dos debates e resoluções aprovadas na plenária - o que exigiria ainda a formação de uma comissão de redação com membros de todas as organizações presentes - e sim dos acordos feitos nos dias anteriores, a portas fechadas. Os centristas e estalinistas se di-

ferenciaram nesta plenária das plenárias organizadas pelas burocracias direitistas e governistas por dar mais tempo as falas, permitir limitadamente a manifestação das correntes e partidos que não fazem parte de seus acordos, e por rechear a democracia tutelada com palavreado socialista abstrato.

A vanguarda reunida sob essa central e organizada nesses partidos acha-se subordinada ao oportunismo de suas direções. Mas, é possível dar uma luta em seu interior para que rompa com os manejos burocráticos e objetivos democratizantes. No final da Plenária, dois militantes de um partido organizador se aproximaram do Bloco para perguntar sobre nossas defesas e propostas, concordando com nossas críticas. Eis porque, para o Bloco Classista e Combativo e, fundamentalmente, para as organiza-

ções que conformam a UICC, a plenária serviu para abrir um novo campo para nossa intervenção e para desenvolver nossas posições que aplicamos nos sindicatos, nos quais intervimos e nos quais combatemos a subserviência dessas correntes centristas e estalinistas, que agem como quinta coluna das burocracias governistas em seu objetivo de desmobilizar as bases e abortar as lutas e greves.

Aprovado o dia 16/02 como dia nacional de luta e mobilizações contra a escala 6x1, iremos participar e intervir para chamar a vanguarda classista a romper com o democratismo e o centralismo burocrático, e para estender e projetar as lutas em defesa dos interesses mais urgentes e imediatos dos assalariados, com os métodos da luta de classes para derrotar os capitalistas e seus governos. ●

25 01 2025

PROPOSTA DO BLOCO CLASSISTA E COMBATIVO

À plenária nacional realizada na Conlutas

A burguesia está unida em seus ataques contra as condições de vida e trabalho das massas oprimidas. Essas devem responder à unidade política e ação coesa da burguesia e seus governos, visando a destruir direitos, empregos e salários, com a unidade dos trabalhadores e da juventude oprimida, sob um plano unitário de reivindicações em defesa de suas condições de vida.

Por isso, propomos a esta plenária unificar a luta pela redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários, e imediato aumento dos salários, ajustado ao valor do DIEESE, de R\$ 7.067,68, à luta pela revogação dos aumentos tarifários no transporte público e a expropriação das linhas privadas de transporte, sob controle coletivo dos trabalhadores, a ser guiada pelas seguintes propostas:

1. Convocação, a partir desta plenária, de um dia nacional de paralisações para a primeira quinzena de fevereiro, em defesa do salário que seja suficiente para uma família de 4 pessoas sobreviver, marcado por atos de rua unificados nas capitais estaduais, orientados pelas seguintes reivindicações:
 - **Fim da escala 6x1: redução da jornada de trabalho sem redução de salários**
 - **Salário mínimo vital de R\$ 7.067,68 (DIEESE)**
 - **Revogação de todos os aumentos tarifários de transporte público**
 - **Expropriação do transporte sob controle dos trabalhadores**
2. Que as organizações sindicais, estudantis e populares filiadas à

CSP Conlutas, convoquem imediatamente as assembleias de base para garantir a mobilização dos trabalhadores e estudantes nos atos convocados, bem como para que deliberem por indicativos de novos atos, manifestações, greves, paralisações etc. para dar sequência à luta por essas reivindicações.

3. Nesse sentido, propomos que se convoquem, imediatamente após as manifestações, novas plenárias de base em nível regional e nacional, para a avaliação e propor novas medidas de ação, para dar sequência à luta por essas reivindicações unitárias dos assalariados e da juventude oprimida, ainda em fevereiro. ●

MPL impõe o aparelhismo e burocratismo aos atos contra os aumentos das passagens, que os levam às derrotas

Desde que começaram este ano os atos contra os aumentos das passagens convocados pelo MPL e as direções do movimento estudantil (UNE, UBES e UPES), em 9 de janeiro, ficou claro que estão há anos separados das bases assalariadas e da juventude oprimida que irromperam nas ruas em 2013. No dia 9/01, conseguiram reunir milhares de manifestantes, fundamentalmente militantes de organizações e partidos políticos. Mas, nos atos seguintes (14, 16 e 22 de janeiro) apenas uma centena compareceu.

Os atos se caracterizaram pela ausência de bandeiras e reivindicações unitárias, por terem seus percursos delimitados pela PM e por ruas e locais que não afetaram a economia capitalista. Ordeiros e submetidos ao severo controle policial, sem um programa capaz de ampliar e incorporar, ativa e massivamente, os trabalhadores e a juventude oprimida, os atos que se seguiram ao do dia 09/01 se esvaziaram. As direções corporativistas e pequeno-burguesas não têm como se apoiar nas massas contra os ataques dos governos e dos capitalistas. Há muito abandonaram a luta pela defesa das bandeiras que reivindicavam no passado, e que de fato podem projetar a luta de classes (como aconteceu em 2013): Passe Livre para toda a juventude os desempregados e a expropriação e estatização (sem indenização) das empresas, sob controle dos trabalhadores e usuários. Sobretudo, estavam impossibilitados de unificar a vanguarda e os partidos que constroem as lutas e movimentos contra os governos, porque impuseram o centralismo burocrático, onde a direção decide tudo, rasgando em pedaços a história de assembleias e plenárias frentistas e democráticas que lhe outorgaram grande força e capacidade de mobilização há uma década atrás. Negam-se a convocar plenárias e assembleias de base, para que as massas e a vanguarda classista decidam sobre o programa, o caráter dos atos, seu percurso e com que métodos impor suas reivindicações. As falas ocorrem apenas por meio de jograis, que impõem o monolitismo da política da direção. Em 2013, os governos tiveram de enfrentar a força coletiva das massas e



sua radicalização, quando impuseram sua soberania nas ruas, obrigando os governos a congelar naquele momento as passagens, mas que agora têm mãos livres para aprová-los, sem ter de enfrentar a resistência nas ruas. Direções burocratizadas e desligadas das bases se adaptaram aos calendários eleitorais e parlamentares, levando às derrotas.

Com o fracasso dos atos esvaziados e a incapacidade das direções reformistas e estalinistas ganharem força social, foi convocada, no dia 28 de janeiro, uma plenária nacional do MPL, a que foram convidados dirigentes sindicais (metroviários), partidos de esquerda e o Bloco Classista e Combativo. No seu começo, ficou claro que o objetivo dessa plenária era: **1)** disciplinar e centralizar as forças e partidos que se colocam pela luta a se subordinarem a medidas para fortalecer as iniciativas parlamentares de deputados do PSOL e do PT; **2)** impedir a formação de plenárias regionais de base que possam vir a servir de base para a iniciativa das massas sob um programa de luta real contra os governos e, nesse sentido, de organização de uma vanguarda classista e revolucionária; portanto, **3)** fazer uma paródia de democracia para impor o que já estava decidido nas reuniões da direção pequeno-burguesa do MPL.

Uma menção à parte merecem as direções sindicais e os burocratas de esquerda da Conlutas. Ainda que a luta

contra o aumento das passagens tenha uma real chance de vencer, se os trabalhadores dos transportes se inserem na luta paralisando as linhas, a exemplo do metrô, os diretores dos metroviários da Conlutas não convocaram assembleias de base para debater como garantir a unidade de ação, nem de reivindicações, junto aos atos contra o aumento das passagens. Pelo contrário, preferem enviar “delegações” ou dirigentes aos atos, contribuindo assim com o esvaziamento do movimento. Obstaculizam a construção da unidade frentista baseada na ação direta e na democracia operária. Portanto, contribuem passivamente para a derrota do movimento perante os governos.

Somente na luta travada coletivamente entre os assalariados e a juventude oprimida reside a força coletiva que pode derrotar os capitalistas e os governos. E isso exige a intervenção coletiva na tomada de decisões do programa, dos métodos, do caráter dos atos e da direção política dos protestos. A política revolucionária baseada na defesa do salário mínimo vital e móvel, ajustando os salários imediatamente à elevação dos preços (ali incluído o dos transportes); no passe livre à juventude oprimida, aos estudantes e desempregados; na imediata extensão dos benefícios e direitos conquistados pelos usuários, a exemplo da integração, para todos os assalariados e estudantes; a luta pela expropriação e estatização – sem indenização – das empresas privadas, sob controle coletivo dos trabalhadores e usuários, etc. É essa política proletária, e não a política pequeno-burguesa democratizante, que favorecerá a luta de classes e a derrota dos empresários e governos de turno.

O PPRI interveio em todos os atos organizados junto ao Bloco Classista e Combativo com faixas e distribuição de manifestos. O primeiro deles publicamos no OI n° 23 de janeiro, o segundo publicamos em anexo desta nota, no presente jornal. Entreviemos ainda nos atos no ABC, junto do Comitê por Tarifa Zero, com falas e os manifestos. Em todos os atos, por meio de falas e boletins, exigimos a convocatória de plenárias e assembleias para organizar os atos e aprovar um plano unitário de reivindicações. ●

22 01 2025

MANIFESTO DO BLOCO CLASSISTA E COMBATIVO

UNIFICAR OS ATOS CONTRA O AUMENTO DAS PASSAGENS!

Convocar plenárias e assembleias de base para organizar a construção dos atos e aprovar um plano comum de reivindicações!

O aumento das tarifas do transporte público reflete a ofensiva da burguesia contra as condições de vida e trabalho das massas proletárias. A crise capitalista impulsiona a burguesia a manter seus lucros à custa de destruir os salários e direitos dos explorados e oprimidos. O aumento das tarifas é mais uma das medidas da burguesia e seus governos para confiscar os salários e destruírem os direitos do proletariado. Assim é que se expressa na vida das massas proletárias o controle privado dos serviços de transporte, voltado apenas ao lucro, da privação do direito da maioria oprimida de livre circulação, e a desvalorização da força de trabalho – salários arrojados diante da alta geral dos preços.

O aumento da tarifa, somado à alta do custo de vida, anula boa parte do limitado reajuste do salário mínimo, de R\$ 1518,00 (mais de quatro vezes menor que o salário mínimo vital - aquele necessário para o sustento de uma família de 4 pessoas – calculado em R\$ 7.067,68, segundo o DIEESE), mas também dos ingressos de subsistência de milhões de oprimidos que dependem dos subsídios sociais.

Assim, a luta contra o aumento da tarifa deve ligar-se às lutas pelo aumento dos salários e redução da jornada de trabalho – em particular, visando a impulsionar o movimento pelo fim da escala 6x1. Mais ainda, a definição das linhas de transporte público e suas tarifas só podem servir aos assalariados e suas famílias se estiverem sob o controle dos que trabalham e fazem uso desse serviço público essencial. Portanto, a luta pela revogação do aumento da tarifa deve estar ligada à luta pela expropriação das linhas de transporte público que estão sob controle privado, passando seu controle coletivo aos trabalhadores e usuários.

Assim, o Bloco Classista e Combativo defende:

- **A revogação imediata do aumento da tarifa do transporte público!**
- **A expropriação do transporte, e seu controle pelos trabalhadores!**
- **Um salário mínimo vital, suficiente para atender as necessidades de uma família de 4 pessoas! (R\$ 7.067,68 segundo o DIEESE)**
- **A redução da jornada de trabalho sem redução de salários: fim da escala 6x1!**

Os atos separados e divisionistas contra o aumento das

passagens expressam a disputa aparelhista das direções pelo controle do movimento, política corporativista que é oposta à necessidade da unidade de ação e à radicalização dos trabalhadores e estudantes para impor a imediata revogação do aumento das passagens. Os atos esvaziados e burocratizados favorecem os governos e os capitalistas porque não enfrentam a luta unitária e radicalizada das massas proletárias, e prejudicam os trabalhadores e a juventude oprimida que precisam da unidade e de um plano comum de reivindicações para impor a anulação dos aumentos e o aumento automático dos salários de acordo à alta dos preços, a exemplo das tarifas dos transportes.

A atuação de comitês em São José dos Campos e a retomada das manifestações no ABC, e a convocatória para retomar os atos de luta contra a escala 6x1, abrem uma via para impedir a derrota do movimento e possibilitar sua unificação. Mas, essa não pode ser feita sob a política divisionista das atuais direções. Se bem a imediata unificação de ações e medidas dos comitês e direções de toda a região pode ajudar frear o curso de desmobilização, devem ser os trabalhadores e a juventude oprimida a força motriz da real unidade de ação sobre a base das assembleias sindicais e populares, e dos comitês de luta, debatendo e aprovando os rumos e o programa do movimento. A organização dos atos, suas bandeiras, seu percurso etc. devem ser expressão da democracia direta, da democracia operária das massas.

Assim, o Bloco Classista e Combativo defende:

- **Convocar as assembleias de base para que os assalariados e a juventude oprimida decidam coletiva e democraticamente sobre o programa, organização das manifestações e o rumo do movimento!**
- **Convocar uma plenária unificada dos comitês e organizações para avançar na convocatória de um ato unitário e nacional baseado na defesa das reivindicações comuns e os métodos da ação direta!**

A experiência histórica e recente demonstra que a conquista dessas reivindicações não vai acontecer pelas vias parlamentar e institucional. Para atender às necessidades vitais dos explorados, é necessário um movimento massificado, baseado na democracia operária e na ação direta: com greves, piquetes, ocupações e bloqueios, impactando no bolso dos capitalistas!



PPRI
Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista

INDEPENDENTES
RÁDIO PIÃO

Para participar da construção do **Bloco Classista e Combativo**,
entre em contato: blococlassistaecombativo@proton.me

É urgente **organizar a luta de classes em nosso país para ajudar a derrotar o sionismo e o imperialismo**

Convocado em solidariedade aos palestinos e para festejar o cessar-fogo em Gaza, o ato foi limitado à participação de correntes e partidos, com pouquíssima participação da comunidade palestina e libanesa. Essa é uma tendência colocada desde o ano passado, se manifestando em atos minoritários e esvaziados, o que indica o enfraquecimento da capacidade de mobilização da Frente Palestina São Paulo.

Atos esvaziados e sem capacidade e força coletiva para abrir um caminho para a manifestação de massas, que imponha aos governos estaduais e federal a ruptura dos acordos políticos, econômicos, acadêmicos e militares entre os governos e o estado genocida sionista de Israel, acabam servindo à burguesia sionista e aos governos para que continuem com a cumplicidade com o genocídio, da parte de Tarcísio e de Lula/Alckmin. Mas, também favorece a ofensiva repressiva e intervencionista dos sionistas na política interna do país, com perseguições a ativistas e militantes, junto das crescentes ameaças de violência reacionária, que visam a impedir que avance a

mobilização das massas, e a amedrontar o setor mais consciente e combativo, que luta pela ruptura de todas as relações do Brasil com Israel.

A resistência das direções da FPSP que controlam ou dirigem sindicatos em convocar assembleias e organizar campanhas nos locais de trabalho e estudo, para organizar greves, ocupações e bloqueios, que atinjam e ataquem os interesses econômicos e políticos do sionismo em nosso país, faz dessas um aparelho a serviço da preservação da governabilidade da frente ampla burguesa - desejem ou não - e de usar as manifestações como instrumento de políticas democratizantes que afogam os movimentos e a própria FPSP em medidas institucionais que não servem para derrotar o sionismo em nosso país.

Não é por acaso que a esmagadora maioria das falas - ali incluídas as da esquerda que se pretende socialista - de denunciar os governos por não romperem com Israel, mas não organizar uma luta coletiva para lhes impor a ruptura dos acordos com o estado genocida de Israel por meio da luta de classes, reflete a



própria retórica do governo burguês de Lula, de denunciar o genocídio, mas continuar com os contratos e acordos com Israel. O PPRI, em seu manifesto e na sua fala, disse que no Brasil se devia passar da retaguarda para a vanguarda da luta, chamando o proletariado e as massas oprimidas a atacarem com a luta de classes as empresas ligadas ao sionismo em nosso país. Assim, disse, é como se ajuda a abrir mais um caminho à vitória da luta pela autodeterminação dos palestinos e à constituição da Palestina una e socialista, que se libertará da opressão nacional e de classe avançando à destruição do estado de Israel, à derrubada da traidora Autoridade Nacional Palestina (ANP) e a derrota do imperialismo. ●

Fala do CEM-GL - 02/02

Se vocês observarem a troca de prisioneiros palestinos por israelenses, vocês vão perceber que todos os prisioneiros israelenses estão em um estado físico, intelectual e de saúde muito bom; enquanto os palestinos e palestinianas presas foram trucidados, torturados e degradados física e intelectualmente. Isso mostra um povo corajoso, que regou com sangue a sua luta contra o colonialismo e genocídio sionista, e que expressa as mais elevadas qualidades que um combatente pela libertação e autodeterminação de um povo podem alcançar. O contrário, mostra que o estado genocida e sionista de Israel tem um objetivo, que é a limpeza étnica e o holocausto. Apesar do cessar-fogo, o sionismo está procurando uma via para romper esse acordo. Porque o sionismo, o estado de Israel, é um enclave do imperialismo. E o imperialismo tem um objetivo: colonizar todo o Oriente Médio em benefício de seus monopólios. Portanto, quando a gente fala que a resistência e o povo palestino estão na vanguarda da luta pela autodeterminação dos povos contra a opressão imperialista, nós devemos dizer, aqui, que devemos levar às massas uma proposta: e essa proposta é passar da retaguarda à ofensiva para estrangular e destruir os interesses econômicos, políticos, acadêmicos e diplomáticos do sionismo em nosso país e no mundo todo.

E na vanguarda dessa luta deve estar a classe operária. Todas as direções sindicais que têm responsabilidade

sobre o conjunto da classe operária devem imediatamente procurar organizar boicotes, bloqueios, ocupações e greves para destruir essas bases econômicas do sionismo em nosso país. Se a Palestina vai ser livre, verdadeiramente livre, com a destruição do Estado de Israel, nós devemos colocar nossos esforços para organizar o proletariado e os demais oprimidos para construir essa luta pela destruição do estado sionista de Israel. E nessa luta passará por cima dos traidores dos governos árabes e da ANP, que são instrumentos do imperialismo e do sionismo contra o povo palestino.

Está colocada a tarefa, portanto, a estratégia da classe operária, da luta de classes em cada país ... no mundo todo, para convergir para que uma Palestina livre, socialista, livre do rio ao mar, como um elo da luta do proletariado árabe pela destruição dessas burguesias árabes traidoras, abra o caminho da estratégia da revolução e ditadura proletárias, aos Estados Unidos Socialistas de Oriente Médio. Então, camaradas, essa é a mensagem que o PRI quer trazer a esta manifestação. Devemos passar imediatamente ao ataque dos interesses sionistas e imperialistas. [Isso porque] a derrota do estado sionista de Israel abrirá caminho à luta de todos os povos oprimidos do mundo para avançar em sua libertação e autodeterminação nacional. Portanto, dar passos no sentido da revolução proletária, que leve as massas ao fim de toda opressão de classe e nacional.

Abrir o caminho para a luta de classes em nosso país, e no mundo todo, para *que o cessar-fogo seja o primeiro passo no caminho da derrota total do sionismo e do imperialismo!*

Manifesto PPRI - 02 de fevereiro de 2025

Passou-se quase um mês, desde que foi aprovado o cessar-fogo em Gaza. Já foi libertada uma dezena de presos israelenses, em troca de centenas de presas e presos palestinos. Um rápido olhar nas condições físicas e psicológicas em que foram entregues os sionistas, comparadas à degradação física pelas torturas sobre os palestinos, mostraram aos olhos do mundo a conduta elevada dos membros da resistência em relação à completa imoralidade e desumanidade dos genocidas sionistas.

Centenas de milhares de deslocados palestinos retornam ao norte de Gaza, para encontrarem reduzidos a pó os seus lares e a infraestrutura necessária à vida. Apesar da maciça destruição e de regarem com o sangue esses 15 meses de resistência ao genocídio, os palestinos festejam o retorno à sua terra. A resistência palestina selou a ferro e fogo os laços que a unem com seu povo, firmando raízes profundas que a unem a um povo orgulhoso e corajoso, que luta pela sua libertação, resistindo a um sofrimento coletivo inmensurável. Trata-se da vitória parcial dos palestinos diante da derrota conjuntural do sionismo, ainda que ameaçada todos os dias pelo retorno do holocausto pelas violações dos sionistas do acordo.

Lembremos que existe uma conjuntura geral bem diferente daquela que impôs o primeiro cessar fogo anterior. Ali, o sionismo caminhava para um isolamento mundial crescente, enquanto os palestinos ganhavam apoio de forças instaladas no Líbano, Síria e Iêmen, O Irã contra-atacava as investidas sionistas, e a resistência de Gaza contava com gigantescas manifestações de massa pelo mundo em seu apoio. Hoje, o sionismo está em ofensiva política e militar, atacando o Sul do Líbano apesar do cessar fogo, está destruindo centenas de bases militares na Síria e avançando sobre seu território, o imperialismo busca insuflar a guerra civil no Iêmen, e as ameaças e sanções ao Irã crescem. Essa conjuntura tende a favorecer a retomada dos ataques sionistas.

Tudo será feito pelo estado genocida de Israel, cumprindo as ordens do seu amo imperialista, para retomar sua ofensiva colonialista e limpeza étnica dos palestinos. A ofensiva sobre a Cisjordânia ocupada, com apoio da traidora ANP, são instrumentos dos quais se serve o imperialismo para “apagar do mapa” a resistência palestina, e forçar a migração de milhões de palestinos. A decisão do governo Trump de negociar o deslocamento de palestinos e rearmar o estado sionista serve a esse objetivo.

Continua firme a decisão da resistência, de honrar sua palavra no acordo, mas também sua disposição de retomar os combates, assim que o sionismo retomar sua ofensiva. Continua firme a decisão dos houthis, de estarem ao lado dos palestinos, apesar de atraírem a fúria e o terrorismo do imperialismo contra seu povo. E apesar das perseguições e terrorismo das burguesias cúmplices do genocídio, continua firme também a decisão das massas mundiais oprimidas, de estarem ao lado dos palestinos. Nessa solidariedade instintiva e espontânea dos oprimidos do mundo todo com

a luta palestina, reside uma via para avançar na unidade anti-imperialista, e elevá-la à luta revolucionária pela derrota total de Israel e do imperialismo.

O sionismo ainda não foi derrotado, graças aos governos árabes, às traições da ANP e o apoio incondicional das potências capitalistas. Esses entraves terão de ser quebrados pela ação revolucionária das massas, sob o programa da revolução e ditadura proletárias. A tarefa imediata para dar passos por esse caminho é impor, por meio da luta de classes em cada país, a permanência do cessar-fogo e, assim, consolidar a vitória parcial dos palestinos. Trata-se de organizar manifestações massivas de rua; paralisar portos e aeroportos, e impedir com greves e ocupações que qualquer mercadoria, qualquer compra de armas israelenses ou qualquer gota de petróleo sirva para lubrificar a maquinaria imperialista e sionista. Trata-se de agir com a força coletiva das massas para atacar e estrangular as bases econômicas e militares que alimentam o holocausto palestino. Assim se abrirá um caminho à luta pela derrota total e a destruição de Israel, dando o seu verdadeiro sentido histórico à bandeira da “Palestina livre do rio ao mar”, e à luta da classe operária contra seus inimigos em seus próprios países.

Sem a luta da classe operária e dos assalariados para estrangular e destruir as bases econômicas e políticas do sionismo e do imperialismo em nosso país, não haverá como ajudarmos, na prática, à real e completa autodeterminação nacional dos palestinos. Essa luta exige ainda conquistar a independência política e organizativa dos explorados e oprimidos perante o governo burguês de Lula, e passar por cima das traições das direções sindicais que bloqueiam a ação decisiva das massas para impor a ruptura imediata e incondicional das relações econômicas, políticas, diplomáticas e institucionais com Israel ao governo burguês de Lula/Alckmin. Qualquer apoio à política hipócrita desse governo de denunciar o genocídio, mas continuar financiando e favorecendo seus interesses em nosso país e no Oriente Médio, é negociar o sangue palestino em troca da governabilidade de um governo cúmplice do holocausto. Exige, sobretudo, construir um verdadeiro partido revolucionário e internacionalista em nosso país, como parte da tarefa estratégica da reconstrução da direção revolucionária mundial, que unifique a luta das massas sob a estratégia da Palestina una e socialista, livre de opressão de classe e nacional, com parte da luta pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio e da revolução e ditadura proletárias por toda parte. ●

Viva a resistência do povo palestino! Pela derrota total do sionismo e a destruição do Estado genocida e terrorista de Israel! Abaixo as burguesias e governos árabes cúmplices do genocídio! Abaixo os traidores da ANP! Levantar a luta de classes em todos os países, para impor a total ruptura de relações com Israel! Unificar a luta das massas mundiais sob o programa da Palestina una e socialista e dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio!

11 de fevereiro de 1980**Khomeini assume o poder no Irã**

Em 11 de fevereiro de 1979, o aiatolá Ruhollah Khomeini assume como líder da Revolução Islâmica, após o xá Reza Pahlevi ser derrubado do poder, e permanece no poder até sua morte, em 1989.

Khomeini era um importante clérigo xiita exilado na França, após o regime do xá Reza Pahlevi iniciar uma ofensiva repressiva contra clérigos que serviam de veículo ideológico à revolta popular contra sua ditadura pró-imperialista. Mergulhadas na pobreza, proibidas de realizar manifestações e combatendo contra a “ocidentalização” forçada instituída pelo xá, o xiismo comparece como um instrumento do qual se valeram as massas na luta contra a dominação estrangeira, sobretudo, por seu forte enraizamento na cultura e na vida civil. O Partido Comunista do Irã, há muito burocratizado, era incapaz de dirigir as massas sob uma política revolucionária. O marxismo escolástico dos estalinistas era combatido pelo clero como expressão da “ocidentalização” e inimigo dos ensinamentos religiosos. Tampouco existia no país o partido marxista-leninista-trotskista, capaz de expressar a revolta das massas sob o programa e estratégia da revolução e ditadura proletárias. É nesse quadro complexo e contraditório que o xiismo se impôs como cobertura ideológica acessível e imediata às massas para lutar contra a monarquia pró-imperialista. Após a “revolução”, como acontece com toda religião, o xiismo se transforma no instrumento da burguesia associada ao clero e à burocracia estatal (especialmente, sua fração militar), para parasitar os lucros da indústria do petróleo nacionalizada, ou seja, da mais-valia operária.

O certo é que a Revolução não teria acontecido sem a unidade das organizações islâmicas e não-religiosas para combater um inimigo comum, possuidor de um dos exércitos mais bem equipados e numerosos da região. Porém, os clérigos se relacionavam com a burguesia, parte da burocracia estatal e setores da pequena burguesia enriquecida. Os movimentos islâmicos e jihadistas mais radicalizados expressavam a pequena burguesia rural e urbana. Enquanto os chamados “democrático-liberais” e os estalinistas se

organizavam entre a intelectualidade, juventude e setores do proletariado industrial.

Com a formação da República Islâmica, a ala direita representada pelo clero xiita, dirigido pelos imãs e em cuja cabeça estava Khomeini, se junta à burguesia e setores da burocracia estatal do regime deposto para tomar as alavancas do comando do estado. As estatizações e a entrega das terras aos camponeses pobres e sem-terra se colocaram como necessidade ao clero, à alta patente militar e à burguesia, para garantir seu domínio sobre o conjunto da nação. Tampouco havia nesse momento como rejeitar essas medidas, sem se enfrentar contra uma nova insurreição, uma vez que as massas tinham sido expropriadas dos frutos da vitória, mas não derrotadas porque ainda estavam mobilizadas e radicalizadas pela luta.

Hoje, o regime dos aiatolás se mantém em pé por meio da repressão interna contra a luta das massas por suas reivindicações e, sobretudo, pela subordinação à burocracia russa, que garante recursos e tecnologia militar para permitir uma limitada soberania do Irã perante a ofensiva imperialista.

A consolidação do regime teocrá-



tico desde os primeiros dias da “revolução islâmica” não apagou a luta de classes. Mas, *“Por mais ódio que possam ter contra o regime, as massas nunca devem favorecer o intervencionismo imperialista, ou que se imponham os interesses do capital financeiro internacional”* (*“Reformistas e conservadores disputam a presidência no 2o turno”*, O Internacionalista nº 17, julho de 2024). A religião xiita, como toda religião ligada ao estado burguês, se tornou em um instrumento da opressão nacional sobre as minorias, e da exploração de classe em proveito da burguesia, dos clérigos e das altas patentes militares aliadas à burocracia russa contrarrevolucionária.

A revolução que libertará definitivamente o país da opressão nacional e da exploração de classe será a revolução proletária, que levará o proletariado ao poder aliado aos camponeses, e que colocará a religião como assunto da vida privada dos indivíduos, separando-a completamente do estado. ●

21 de fevereiro de 1848 - Publicação do Manifesto Comunista

O Segundo Congresso da Liga dos Comunistas, realizado de 29 de novembro a 8 de dezembro de 1847, encarregou Karl Marx e Fredrick Engels de escreverem uma exposição pública dos seus objetivos de luta. O “Manifesto Comunista” é o documento fundamental do movimento marxista internacional, uma exposição insuperável do materialismo histórico. No primeiro capítulo, estabelece-se a premissa de que toda a história nada mais é do que a história da luta de classes, dos explorados e dos exploradores, que constitui a força que impulsiona a transformação qualitativa da sociedade. Analisa a formação do capitalismo no seio do feudalismo, da burguesia como classe social revolucionária, a sua transformação em classe reacionária, o necessário aparecimento do proletariado, cujo objetivo histórico não é outro a não ser pôr fim à ordem social baseada na grande propriedade privada burguesa e estabelecer o comunismo. A consciência de classe permite a organização do partido revolucionário e que a luta de classes seja uma luta política. O quarto capítulo delinea o que será, devido ao desenvolvimento capitalista e à presença do proletariado, a revolução com objetivos burgueses e iniciada sob direção democrática: um prelúdio - diz ele - à revolução proletária, considerada como um fenômeno internacional. (...) ●

(G. Lora, Dicionário Histórico, Político e Cultural).

27 de fevereiro de 1989 - Acontece o “Caracazo” na Venezuela

No dia 27 de fevereiro de 1989, as massas exploradas e oprimidas venezuelanas se insurgiram contra o governo de Carlos Andrés Perez, rejeitando suas contrarreformas e, especialmente, o aumento do preço das passagens dos transportes, em consequência da alta dos preços dos combustíveis. Ônibus foram queimados e apedrejados por todo o país. Lojas, supermercados, shoppings, pequenos comércios foram saqueados. Fracassaram todas as tentativas de afogar a revolta por meio da repressão. Os massacres perpetrados pelas Forças Armadas agravaram a revolta das massas. As massas erguidas em luta obrigaram Perez a renunciar, mostrando sua força social no combate à burguesia e seu governo.

O “Caracazo” expressou a determinação e energia de que são capazes as massas em luta por suas reivindicações, abrindo uma crise pré-revolucionária. Mas, também revelou sua impotência para impor uma saída revolucionária à crise, por estar ausente o seu partido marxista-leninista-trotskista. Ainda que a burguesia e seus partidos se tenham mostrado incapazes de manter os mesmos partidos no poder, a ausência da direção revolucionária impediu abrir o caminho à luta das massas pelo poder. É em meio desse impasse que se ergue uma fração nacionalista no seio do exército, que viria a conquistar o comando das alavancas do estado burguês, por meio das eleições. Em dezembro de 1998, Hugo Chávez foi eleito presidente. Após ser derrubado por um golpe organizado pelo imperialismo, o setor nacionalista das Forças Armadas, apoiado nas massas, reconduziria a Chávez à presidência, a qual manteria até sua morte.

O chavismo entrou em choques ocasionais contra o imperialismo pela divisão da mais-valia arrancada do proletariado, fortalecendo uma burguesia nacional parasitária, e fazendo

do alto comando do exército um parasita dos orçamentos estatais, sobretudo, dos lucros advindos das exportações da indústria petrolífera nacionalizada. O chavismo manteve em pé o capitalismo em desagregação, e é por isso que, hoje, se mantém no poder assumindo feições de um governo bonapartista apoiado nas Forças Armadas, setores da burguesia nacional e na burocracia russa e chinesa, visando a conter o avanço da direita pró-imperialista, e reprimir qualquer tentativa independente das massas de avançarem na luta de classes.

As Forças Armadas venezuelanas têm sido, historicamente, um fator decisivo na resolução das disputas inter-burguesas no país. Massacraram as massas em 1989, e foram a garantia da vitória de Chávez contra a direita e os golpes orquestrados pelo imperialismo. É desenvolvendo a propaganda e agitação revolucionárias em seu seio e armando politicamente as massas, impulsionando sua unidade revolucionária, que tornará possível abrir caminho ao governo operário e camponês, nos próximos levantes e insurreições, aquele que cumprirá as tarefas democráticas pendentes (autodeterminação e independência nacional, reforma agrária, industrialização, nacionalização das terras e de todos os grandes meios de produção etc.), e expropriar a burguesia parasitária, abrindo a via da transição do capitalismo ao socialismo.

Mas, para avançar por essa via, é necessário construir o partido revolucionário assentado no programa da revolução social. Um passo nesse caminho será dado quando se unificarem as lutas e a resistência das massas sob um plano de reivindicações unitárias impostas com os métodos da luta de classes. Assim se fechará definitivamente o caminho à projeção da direita e se abrirá caminho à queda do chavismo pelas mãos das massas venezuelanas. ●

2 de fevereiro de 1999 Chávez assume a presidência de Venezuela

Em dezembro de 1998, Hugo Chávez ganha as eleições, e é eleito como presidente da República venezuelana. No dia 2 de fevereiro de 1999, assumiu seu primeiro mandato, prometendo libertar o país da opressão imperialista, redigir uma nova Constituição, e desenvolver a economia nacional em favor das massas. Após dez anos do “Caracazo”, Chávez assume com o apoio da esmagadora maioria nacional oprimida e setores da burguesia e das Forças Armadas. Arvorou-se o chamado de “Socialismo do Século XXI”. No mesmo ano, foi aprovada a nova Carta Magna, promulgada em dezembro de 1999.

Após um período de alta da economia mundial, que garantiu ao chavismo limi-

tadas concessões em favor das massas; da estatização dos sindicatos, impondo direções alinhadas com o governo; de expropriar indústrias, parte das terras e comércios (indenizado fartamente a burguesia imperialista e latifundiários), medidas que ligam eleitoralmente as massas a seus governos, em 2008, produto da crise mundial, o nacionalismo-burguês entra em um contínuo declínio e decomposição.

Nesse cenário, ganha projeção a direita golpista e pró-imperialista. Retomam-se ainda as lutas grevistas em defesa das condições de vida. O governo se mantém no poder, atacando tanto a burguesia e partidos oposicionistas como as massas. Ergueu-se um governo bur-

guês nacionalista de feições bonapartistas, apoiado no aparato burocrático estatal. Após três décadas no poder, o fracasso do chavismo é expressão da impotência da pequena burguesia fardada e da burguesia nacional parasitária em cumprir as tarefas democráticas pendentes, industrializar o país e elevar o nível de vida e cultura das massas.

Somente as massas organizadas e unidas por um programa próprio podem resolver tudo o que diga respeito aos assuntos internos do país com sua ação revolucionária, bloqueando as tentativas direitistas e imperialistas de intervir internamente, se aproveitando do descontentamento operário e popular. A crise mundial e a



desagregação do chavismo obrigam as massas a solucionar os problemas imediatos de suas condições de vida e nacionais com os métodos revolucionários do proletariado.

A resolução das tarefas democráticas será a obra do proletariado revolucionário consolidado como classe dominante no estado operário por meio das medidas socialistas de expropriação e nacionalização dos principais meios de produção, sob seu controle coletivo. ●

O cessar-fogo é uma vitória parcial das massas palestinas em luta contra o sionismo e o imperialismo

Impulsionar a luta de classes mundial visando à derrota total do imperialismo e do sionismo, destruindo o estado de Israel para conquistar a autodeterminação da Palestina e abrir o caminho à revolução social por todas partes!

Declaração PPRI - 18 de janeiro de 2025

No momento em que publicamos esta Declaração, após 15 meses de genocídio e limpeza étnica em Gaza, a ocupação militar sionista foi obrigada a recuar e aceitar o cessar-fogo que, durante todo o ano de 2024, recusou. Os palestinos regaram com o sangue de centenas de milhares de vidas, de feridos e amputados, e dos que morreram de fome e doenças essa importante vitória contra os genocidas, e agora com toda justiça festejam.

O acordo é dividido em três fases, com uma duração de 42 dias para cada uma. Na primeira, haverá a libertação de 33 reféns israelenses, enquanto Israel se retira “gradualmente” de Gaza e libertará prisioneiros palestinos, uma semana depois do começo dessa fase. No total, 1.700 palestinos em prisões israelenses e 33 israelenses mantidos em cativeiro em Gaza devem ser libertados, em grupos, a partir do dia 19/01/25. Os prisioneiros palestinos incluem combatentes (incluídos aí centenas com prisão perpétua), milhares sequestrados pelos sionistas em Gaza, desde 8 de outubro de 2023, e dezenas mais. 600 caminhões por dia de ajuda humanitária (50 desses de combustível) serão liberados para entrar em Gaza. A segunda fase

será marcada pela discussão de um “acordo abrangente” para a libertação de todos os reféns israelenses. A terceira fase discutirá os “acordos de longo prazo”, tendo por fundamento a reconstrução de Gaza e a procura de uma “paz sustentável”. Um ponto fundamental é a retirada sionista de toda Gaza, bloqueando sua colonização das terras ocupadas durante a invasão. O acordo foi aprovado no dia 17/01/2025, pelo Gabinete de Segurança de Israel, pela intensa pressão dos EUA.

Cumprindo sua palavra empenhada no acordo, o Hamas estava já se preparando para organizar a entrega dos primeiros 33 reféns israelenses, quando o lugar onde o filho do responsável do Hamas pelas operações de entrega de prisioneiros, Ezz al-Din Haddad foi atacado, assassinando-o, junto de outros dois militantes do Hamas. Segundo Daniel Levy, um ex-negociador israelense de anteriores acordos, disse à Al-Jazeera, Netanyahu fará provocações para tentar “derrubar” o cessar-fogo. O acordo, por exemplo, não obriga Israel a parar seus ataques, embora o condicione na duração e a setores específicos. Enquanto os combatentes da resistência honram sua palavra e os acordos que assinam, os



sionistas enganam, e tudo fazem para rasgar o que assinaram. Após o cessar-fogo no Líbano, houve dezenas de ataques de Israel contra o sul do país, enquanto o Hezbollah cessou seus ataques.

Se o acordo é quebrado pelos criminosos sionistas, ainda assim representará uma vitória parcial da resistência e dos palestinos que obrigaram, com sua corajosa luta, o sionismo a aceitar o que por meses rejeitou. Uma amostra da capacidade de combater e da firme decisão de continuar ligados a suas terras, essa que os sionistas não conseguem extirpar do sangue palestino. Se o acordo for mantido, apesar das provocações israelenses, milhões de palestinos ganharão um respiro, ainda que breve, para reerguerem suas vidas e reconstruírem parte da infraestrutura necessária à

“
...
Se o acordo é quebrado pelos criminosos sionistas, ainda assim representará uma vitória parcial da resistência e dos palestinos que obrigaram, com sua corajosa luta, o sionismo a aceitar o que por meses rejeitou. Uma amostra da capacidade de combater e da firme decisão de continuar ligados a suas terras, essa que os sionistas não conseguem extirpar do sangue palestino.

// ... **A tarefa das massas oprimidas e exploradas do mundo todo é a de tomar em suas mãos e defender, com seus próprios métodos, com a luta de classes em cada país, essa vitória parcial dos palestinos.**

vida em Gaza destruída. Sua liderança político-militar, apesar das baixas de parte de seus mais experimentados quadros, reforçou suas fileiras, com milhares de novos combatentes, comprometidos na luta pela sua autodeterminação. Novos líderes provados na luta mais desigual de toda a história contemporânea, e que sobreviveram às tragédias mais profundas a que se pode submeter um povo, ressurgirão para continuar a guerra de libertação, com firme convicção. Destacamos ainda que o cessar-fogo aprovado dá continuidade aos objetivos do martirizado líder, Yahya Sinwar, ao manter os objetivos rigorosos de “expulsar” os sionistas de Gaza e fazer com que voltem aos seus lugares anteriores à invasão sionista do dia 08/10/2023. Nisso reside uma vitória palestina!

O sionismo entra no “acordo” derrotado em seus principais objetivos do holocausto palestino: 1) não conseguiu derrotar e “apagar do mapa” a resistência palestina; 2) não conseguiu obrigar milhões de palestinos que habitam a Faixa de Gaza a migrarem; 3) não poderá garantir imediatamente sua presença em Gaza como primeiro passo para a colonização; 4) e ainda terá grande dificuldade de impor a Autoridade Nacional Palestina/ANP como a “legítima” autoridade de Gaza. O sionismo sai derrotado da batalha, mas ainda não foi vencido na guerra pela libertação da Palestina. Enquanto existir o Estado de Israel como enclave do imperialis-

mo, continuará o genocídio dos palestinos e o objetivo de derrotar a resistência árabe que bloqueia o completo domínio imperialista do Oriente Médio. O sionismo está fortalecido conjuntamente, porque a queda de Al-Asad liberou suas mãos para tomar posse de territórios sírios e destruir estoques de armas do Hezbollah que estavam nesse país. Preserva suas capacidades de combate, graças ao apoio irrestrito dos EUA e do imperialismo europeu. E sua economia não parou de funcionar, graças à cumplicidade dos governos burgueses que financiam ou lubrificam com recursos a sua maquinaria de ocupação militar e genocida, incluído aí o Brasil. Mas, bastaria ao proletariado e demais oprimidos atacar seus apoios econômicos no mundo todo, para o Estado de Israel ficar paralisado, e assim favorecer a guerra de libertação das massas palestinas, destruindo o sionismo até seus fundamentos.

O sionismo ainda não foi derrotado, sobretudo, pela convivência dos governos árabes, especialmente graças às traições da ANP. Uma semana antes do acordo, iniciou uma ofensiva para “caçar” militantes da resistência palestina na Cisjordânia ocupada, demonstrando até que ponto chegou em sua traição, ao matar seus irmãos em troca da garantia dada pelo sionismo e imperialismo de que governem Gaza no futuro. Suas ações terroristas contra a resistência converteram a ANP em instrumento do genocídio sionista. A

ANP terá de ser destruída pelos próprios palestinos, o que se apresenta como uma possibilidade, com as centenas de policiais que se negaram a participar dos seus crimes, e pela rejeição da maioria dos palestinos a essa corja de traidores. Mas, sua completa erradicação da história recente da luta palestina acontecerá como um resultado da destruição do Estado de Israel e da expulsão do imperialismo.

A tarefa das massas oprimidas e exploradas do mundo todo é a de tomar em suas mãos e defender, com seus próprios métodos, com a luta de classes em cada país, essa vitória parcial dos palestinos. Trata-se de organizar greves, ocupações e ações de massas para estrangular as bases econômicas e militares do sionismo e imperialismo, para que o cessar-fogo se imponha definitivamente, e abra um caminho à luta pela derrota total dos genocidas na Palestina e no mundo todo. Assim, a classe operária e os demais oprimidos se fundirão ao heroico povo palestino na luta contra seus opressores e exploradores comuns. Sua derrota abrirá caminho à destruição de Israel, dando o seu verdadeiro sentido histórico progressivo à bandeira da “Palestina livre do rio ao mar”, e ainda à guerra civil da classe operária como direção política dos oprimidos contra a burguesia em toda parte.

Por isso, é urgente e necessária a tarefa de reconstruir a direção revolucionária que unifique a classe operária aos oprimidos, sob

um programa unitário de reivindicações anti-imperialistas e anticapitalistas, e permita que se desenvolva a estratégia da Palestina una e socialista, livre de opressão de classe e nacional, com um elo na luta dos povos árabes pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio, e reunir as massas sob a bandeira da revolução e ditadura proletárias pelo mundo todo. ●

Viva a resistência heróica do povo palestino, que arrancou daos genocidas o cessar-fogo! Pela derrota militar do sionismo e a destruição do Estado genocida e terrorista de Israel! Abaixo as burguesias e governos árabes cúmplices do genocídio! Abaixo os traidores da ANP! Unificar a luta das massas mundiais sob o objetivo de estrangular as bases econômicas e políticas dos carniceiros do mundo! Pela unidade mundial dos oprimidos sob o programa da Palestina una e socialista e dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio!

FOLHETO**Guillermo Lora e a Rússia****EM DEFESA
DAS CONQUISTAS
DA REVOLUÇÃO
PROLETÁRIA****e da Revolução
Política como
parte da Revolução
Mundial Socialista****Adquirir com nossos militantes!**

Trump inicia sua presidência apontando para um claro *percurso fascitizante e militarista de sua política interna e externa*

 Em 20 de janeiro, Trump assumiu seu segundo mandato à frente dos EUA. No percurso destes dias, assinou mais de uma centena de ordens executivas (decretos). Dentre elas: **1)** retirou os EUA dos Acordos de Paris sobre emissões de CO₂, da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); **2)** revogou as leis de promoção de igualdade e diversidade de gênero, bem como os processos de 2,5 mil pessoas processadas pela invasão ao Capitólio em 2021; **3)** vetou o poder de agências federais emitirem regulações; **4)** bloqueou pedidos de asilo político, cancelou a concessão automática de nacionalidade por nascimento, no país, de filhos de imigrantes, aprovou a deportação de imigrantes “ilegais” e decretou estado de “emergência nacional” nas fronteiras com México; **5)** classificação de cartéis de drogas e dos houthis como “terroristas”; **6)** aprovou a entrega de milhares de bombas de uma tonelada de explosivos cada uma para Israel, **7)** declarou “emergência energética” associada ao fim das restrições ambientais e dos empreendimentos eólicos (terrestres e marítimos); **8)** obrigação do trabalho presencial em jornada completa para funcionários públicos; **9)** suspensão da ajuda financeira da USAID para o exterior por 90 dias, dentre muitas mais. Recentemente, **10)** orientou agências de segurança a aplicarem medidas extraordinárias para avaliar como “deportar” estudantes estrangeiros envolvidos nos protestos pró-palestina; **11)** aplicou taxas mais elevadas para produtos canadenses, mexicanos, latino-americanos e europeus; **12)** ordenou deportações vexatórias de imigrantes ilegais; **13)** congelou as ajudas financeiras ao exterior; **14)** demitiu centenas de funcionários de diversas agências; **15)** agravou as pressões sobre os países da Europa para aumentar seus gastos e financiamento militar da OTAN em até 5%, etc.

Os decretos esclareceram o objetivo da mudança tática operada no comando do estado da principal potência imperialista. Não são uma declaração ide-

ológica, mas medidas práticas e ações concretas para ajustar a política interior e exterior, visando a equacionar a desagregação da economia norte-americana diante de seus concorrentes mundiais. Traduzem para a linguagem política uma tendência que percorreu o governo democrata e que, uma vez plenamente amadurecida, precisava ajustar seus métodos e táticas da guerra comercial e tendências bélicas contra seu principal rival - a China. E de enfrentamento direto aos movimentos sociais.

Entre a primeira e segunda guerras mundiais, se operou um deslocamento do poder capitalista, da Europa para os EUA. A participação dos EUA na divisão do mundo de pós-guerra junto da URSS (a Inglaterra cumpriu um papel secundário à instrumentalização da divisão do mundo entre as principais forças econômicas e políticas mundiais), consolidou aquele país como o principal motor da indústria e consumo de mercadorias, bem como de principal poder financeiro mundial. Essas condições “excepcionais”, resultado do fluxo de riquezas criadas mundialmente aos cofres estadunidenses pela via de reparações e pagamento por mercadorias e empréstimos, combinada à elevada técnica produtiva e produção estandardizada, se manifestaram nos EUA como posse de três armas decisivas para seu domínio sobre o conjunto da economia mundial capitalista: **a)** posição “predominante” para determinar a nova divisão do mundo, de acordo com os interesses de sua burguesia - a exemplo da criação de seu enclave militar no Oriente Médio, Israel; **b)** monopólio da moeda para o comércio mundial, que se transformou em um meio de apropriação de grande parte de mais-valia mundial, por mecanismos monetários; e **c)** uma força militar muito superior em número e técnica, que lhe garantiu a imposição de seus interesses, no caso de as duas primeiras “armas” fossem insuficientes para impor suas imposições.

Com o gigantesco e acelerado desenvolvimento econômico da China (produto contraditório desse percurso de elevação do capitalismo norte-ameri-

cano e do expansionismo de seu capital financeiro) foi ela que passou ocupar o lugar de principal país manufatureiro, alcançou os EUA em ramos chaves do desenvolvimento tecnológico, e projetou seu expansionismo, retirando dos EUA várias de suas posições comerciais. A decomposição industrial e o constante retrocesso do “setor” tecnológico perante o desenvolvimento chinês obrigam a burguesia norte-americana a se livrar dos “velhos” métodos dos governos democratas, e assumir uma política agressiva em sua política exterior. É certo que lhe restam ainda os enormes recursos militares herdados do passado. Essa é, talvez, a mais imediata e efetiva “arma” que resta à burguesia norte-americana para tentar frear seu retrocesso e desagregação industrial e comercial. São parte dessa política, as contínuas ameaças de Trump de taxar em 100% as mercadorias produzidas pelos BRICS, visando a evitar que o dólar perca mais terreno nas transações e, desse modo, se freie o deslocamento de enormes valores criados socialmente para esse país que, diuturnamente, hoje são deslocados pelo poderio econômico da China, que espalha enormes volumes de sobretrabalho produto da exploração da força de trabalho chinesa por todas partes, para abrir mercados antes dominados pelos EUA.

Sem essa apreciação objetiva do conteúdo da mudança nas relações mundiais entre o estado operário degenerado chinês, com seu portentoso desenvolvimento de suas forças produtivas baseadas na propriedade nacionalizada pela revolução, com as forças produtivas capitalistas em retrocesso na maior e mais poderosa potência imperialista, não é possível entender o conteúdo e objetivos traçados pelo governo Trump. É parte do problema da burguesia norte-americana, o desenvolvimento e fortalecimento técnico e produtivo das forças produtivas erguidas sobre a propriedade nacionalizada pela revolução proletária na Rússia. Mas, o maior perigo o representa hoje - e imediatamente - a China. Assim, o governo Trump pressiona a burguesia europeia que tome para si lidar com

A política traçada por Trump exige uma mudança nas relações internas entre as classes, especialmente entre o proletariado e a burguesia nacional norte-americana. Disso tratam as medidas de **maior centralização política sobre as instituições**, para conter as inevitáveis disputas inter-burguesas, de um lado, e **garantir uma frente unificada mais repressiva e ditatorial sobre sindicatos e movimentos de luta.**

o “problema russo”. A União Europeia precisa dos recursos minerais e industriais do Leste ucraniano e de recursos energéticos baratos para subsidiar sua produção industrial. Precisa tomar matérias-primas essenciais que estão sob controle russo, e, sobretudo, destruir a economia estatizada para, depois, reconstruir suas forças produtivas que se decompõem e se desagregam, presas às fronteiras nacionais. As exigências de Trump aos governos europeus de elevarem seu financiamento da OTAN é uma divisão de esforços no interior da burguesia mundial imperialista, em função de como a crise capitalista se reflete em cada país e região.

A destruição das regulamentações ambientais, para elevar a produção de recursos energéticos fósseis, e o encerramento de programas de produção “socioambientais mais responsáveis”, visa a aumentar a produção, aproveitando-se da capacidade industrial instalada, portanto, sem ter de realizar grandes investimentos em capital constante, que encareceria a produção de bens e mercadorias. Dada a profunda decomposição de seu “tecido produtivo”, em grande parte obsoleto, a burguesia norte-americana vê seu tempo se esgotar para tentar retomar sua primazia nos mercados, baseado em altos investimentos de capital que não seriam lucrativos imediatamente, e que, aliás, exigiriam realizar uma redução brutal no preço da força de trabalho, com as ameaças da luta de classes que isso carrega. Um caminho mais “fácil” e “rápido” é rasgar os acordos da OCDE, e liberar os EUA de impor barreiras às importações unilateralmente. Em síntese: a política de Trump trata de elevar os lucros dos monopólios estadunidenses, apoiando-se na capacidade industrial e técnica já instalada, e aumentar artificialmente (impostos) os preços das mercadorias de seus concorrentes.

Além de que os EUA “atravessam uma fase de desagregação industrial e retrocessos no mercado mundial”, isso é ainda mais violento e real para a burguesia europeia. Na luta pelo domínio da produção e as margens dos lucros, e

na luta contra a China, a principal violência recairá sobre os custos da força de trabalho no interior das potências capitalistas. Os EUA buscam que a Europa capitalista arque ainda mais com os custos da guerra na Ucrânia. Mas, a própria burguesia norte-americana não tem como avançar em seus objetivos, sem optar por uma maior violência dirigida contra os direitos, conquistas e salários das massas assalariadas norte-americanas. O fechamento de “programas sociais”, de subsídios e garantias para as “diversidades”, os próximos ataques aos direitos trabalhistas e sindicais, a redução dos custos orçamentários, reformas no sistema da saúde e redução de impostos aos mais ricos, etc. visam a um mesmo objetivo: maior apropriação de recursos financeiros em mãos do capital financeiro.

A política traçada por Trump exige uma mudança nas relações internas entre as classes, especialmente entre o proletariado e a burguesia nacional norte-americana. Disso tratam as medidas de maior centralização política sobre as instituições, para conter as inevitáveis disputas inter-burguesas, de um lado, e garantir uma frente unificada mais repressiva e ditatorial sobre sindicatos e movimentos de luta. O controle do parlamento e da Justiça garantem imediatamente ao republicano centralizar a tomada de decisões e imposição das medidas legais e medidas jurídicas necessárias ao seu plano de governo. Um exemplo disso são as deportações de imigrantes e as ameaças de fazer o mesmo contra os estudantes estrangeiros (com visto) que apoiaram a luta contra o genocídio palestino. Trata-se de uma aplicação da lei aprovada sobre o governo Biden, de criminalização dos manifestantes e movimentos pró-Palestina. É abortando a luta de classes que o capitalismo norte-americano procura garantir “uma maior capacidade de uma ofensiva mais agressiva na política exterior (...)”. A estrutura legal, jurídica e até os fracassos da política econômica de Biden-Harris se desenvolveram, por meio de um salto, para as medidas tomadas por

Trump em seu novo mandato. Ajustou-se assim a superestrutura política às condições de profunda crise dos EUA, e à necessidade de acirrar a luta pelos mercados e uma nova divisão do mercado mundial. Tudo isso condiciona e determina as tendências fascistas mais claras do seu segundo mandato.

Essa política impulsionará a revolta das massas oprimidas nos países semi-coloniais e das massas assalariadas nos próprios Estados Unidos. Os ataques da burguesia devem ser respondidos com a luta e ação direta das massas assalariadas. Mas, a luta de classes nos EUA e na Europa exige que se forme uma vanguarda organizada em partido marxista-leninista-trotskyista, que rompa com o democratismo e as instituições, e abra um caminho para a conquista de sua independência de classe. Assim, terão de resolver, nos EUA e no mundo todo, sua crise de direção revolucionária, que ajude a projetar e transformar “as lutas defensivas das massas em uma ofensiva política sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias, para assim finalmente derrotar as burguesias, frear o genocídio palestino, estrangulando o sionismo, e dar passos na conquista das reivindicações dos explorados com uma luta unitária e mundial”.

Essa tese é provada, a cada dia que passa, como mais urgente. É desenvolvendo as lutas defensivas pelas reivindicações mais imediatas, “e organizando as massas para derrotar as burguesias, com seus próprios métodos de luta e com sua força coletiva, que será possível dar passos para construir os partidos revolucionários e abrir caminho à luta revolucionária pelo seu poder próprio”. Luta que se combina à defesa irrestrita das conquistas revolucionárias por meio da revolução política nos estados operários degenerados, que abre a via para a solução proletária para a crise, a que leva a humanidade para a barbárie. ●

Nota: todas as citações foram extraídas do jornal O Internacionalista nº 21, “Trump derrota Harris e obtém a maioria no Congresso”, publicada como encarte à edição de novembro de 2023

TRUMP, A POLÍTICA BURGUESA PARA A IMIGRAÇÃO E A POLÍTICA OPERÁRIA

Com a posse de Trump e as ações anti-imigração de seu governo, gerou-se muita discussão sobre o tema da imigração. O novo governo se coloca abertamente contra os imigrantes em geral, e contra os ilegais em particular, ameaçando-os de prisão, deportação, construção de muros nas fronteiras e aumento do policiamento.

Trump sempre deu importância ao tema da imigração. Nos primeiros dias de seu novo governo, tomou medidas para restringir a obtenção de cidadania a estrangeiros com um decreto, suspendendo a cidadania por direito de nascença (apesar do decreto ter sido suspenso pelo Poder Judiciário). Outro decreto suspendeu a entrada de imigrantes pela fronteira com o México, declarando “estado de emergência”, o que lhe permite usar verbas orçamentárias extraordinárias, bem como anunciou que utilizaria a base militar em Guantánamo para manter imigrantes presos.

IMPORTÂNCIA DA IMIGRAÇÃO PARA A ECONOMIA DOS EUA

Segundo estimativas de 2022, do centro de estudos *Pew Research Center*, havia 48 milhões de imigrantes nos EUA, representando aproximadamente 15% da população do país. Destes, 11 milhões são imigrantes ilegais (entre eles, 4 milhões de mexicanos, 750 mil de El Salvador e 230 mil brasileiros). Dos imigrantes legais, 2 milhões são temporários, 15 milhões residentes permanentes, e 20 milhões são naturalizados.

Os EUA sustentaram um crescimento populacional nos últimos anos que se baseou fundamentalmente na imigração. O último censo norte-americano apontou que, entre julho de 2023 e julho de 2024, houve um crescimento de aproximadamente 3 milhões de pessoas, atingindo a população total de 340 milhões, bem como que a imigração foi responsável por 80% deste crescimento, contribuindo, entre outras coisas, para o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Os imigrantes representam 17,5% da força de trabalho dos EUA. Concentram-se em setores mais precários e mal pagos, como agricultura, construção civil, serviços domésticos diversos, etc. A taxa de desemprego nos EUA, em dezembro de 2024, estava em 4,1%, considerada baixa para padrões no capitalismo, e que tende a pressionar os salários para cima, ou a mantê-los estabilizados.

‘VANTAGENS’ DO IMIGRANTE ILEGAL

Os fluxos migratórios modernos arrastam milhões de pessoas dos países atrasados, principalmente quando afetados por guerras, crises, desemprego massivo, etc. (todas consequências do capitalismo) em direção aos países imperialistas.

Quando os imigrantes adquirem o visto ou cidadania, passam a gozar do sistema de proteção social destes países (acesso à saúde, educação, assistência social, seguro-desemprego, direitos trabalhistas, etc.), além

de mínimos direitos trabalhistas e uma escala salarial regulamentada (ainda que rebaixada em relação à média salarial do país). O cerceamento à legalização da imigração visa a não impedir ou cercear a imigração em si, que é benéfica em termos econômicos para os países imperialistas, mas sim impedir que estes tenham os direitos correspondentes ao de cidadão, que sejam abertamente um cidadão de “segunda classe”.

Milton Friedman, teórico da Escola de Chicago, defendia, neste sentido, que embora defendesse a livre imigração (como liberal), não era a favor da legalização da imigração, justamente para não sobrecarregar o Estado com os direitos correspondentes que a legalização implicaria. Em suas palavras, “a imigração seria boa enquanto permanecesse ilegal”, ou seja, que o estado ou empresários não arcassem com todos os custos para manter essa força de trabalho

Dados divulgados pelo jornal *New York Times* apontam que os imigrantes ilegais contribuíram, somente no ano de 2022, com US\$ 25,7 bilhões para a previdência social do país, mesmo que eles não possam usufruir de nenhum benefício previdenciário.

O IMIGRANTE COMO BODE EXPIATÓRIO

Os governos burgueses, principalmente quando enfrentam crises econômicas e políticas, costumam escolher um setor da sociedade para servir de bode expiatório, para “assumir” a

responsabilidade por todas as mazelas sociais, que na verdade são expressões próprias do capitalismo em decadência. Tal medida tem a vantagem de esconder os reais problemas, que assim não precisam ser tratados e superados.

No caso dos imigrantes, se os associa aos crimes bárbaros e perigos sociais ao “modo de vida e costumes” da sociedade. A banalização de sua cultura, e a transformação de seus membros em estereótipos ideologizados, ajuda a essa política burguesa. É próprio de sociedades em decomposição a rotulação do imigrante, das religiões “não ocidentais” e manifestações culturais serem acusados e perseguidos, servindo ao desvio da luta de classes pela burguesia, e ao divisionismo entre explorados e oprimidos.

‘DIFERENÇA’ ENTRE REPUBLICANOS E DEMOCRATAS EM ALGUNS NÚMEROS

Trump em sua campanha eleitoral prometeu realizar a maior deportação de imigrantes da história dos EUA.

No primeiro governo de Trump, foram deportadas 935.346 pessoas dos EUA. No governo de Biden, foram 545.252 pessoas. No entanto, no último ano de seu mandato, em 2024, Biden foi responsável pelo segundo maior número anual de deportações, com 271.484 pessoas deportadas, só perdendo para o ano de 2014, que teve 368.664 mil pessoas deportadas, no governo do democrata Barack Obama. Ou seja, para cumprir sua promessa, terá de, em um



//
...

Como prognóstico, portanto, aponta-se a tendência de crescimento significativo da violência reacionária contra os imigrantes (prisões, deportações, etc.). Atualmente nos EUA, há 1,5 milhões de imigrantes ilegais, dos quais 38 mil brasileiros, com decisão autorizando suas deportações, que serão caçados nas ruas nos próximos meses e anos. No entanto, tal política encontra um limite na importância da imigração, para não permitir que a população dos EUA entre em diminuição, contribua com os empregos em trabalhos precários e na luta constante contra a estagnação na economia.

ano, superar os números de Biden e de Obama, o que se mostra bem provável que aconteça. No entanto, uma das conclusões possíveis das análises dos dados de deportação é que a política de criminalização de parte da imigração não é exclusiva dos republicanos.

Outro exemplo da conclusão foi que o voo com a deportação de brasileiros que ocorreu no final de janeiro já havia sido decidido e organizado pelo governo Biden. Só durante o governo Lula (2023-2024), o Brasil recebeu 32 voos com deportados. Segundo informação divulgada pelo site *Poder360* a partir de registros da *BH Airport*, que administra o Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, no total foram 3.660 pessoas. A diferença deste último voo para os demais foi que, neste caso, sob o governo Trump, os representantes dos EUA quiseram manter os brasileiros algemados mesmo em solo brasileiro (diferença quantitativa, não qualitativa).

Como prognóstico, portanto, aponta-se a tendência de crescimento significativo da violência reacionária contra os imigrantes (prisões, deportações, etc.). Atualmente nos EUA, há 1,5 milhões de imigrantes ilegais, dos quais 38 mil brasileiros, com decisão autorizando suas deportações, que serão caçados nas ruas nos próximos meses e anos. No en-

tanto, tal política encontra um limite na importância da imigração, para não permitir que a população dos EUA entre em diminuição, contribua com os empregos em trabalhos precários e na luta constante contra a estagnação na economia.

POSIÇÃO MARXISTA SOBRE A IMIGRAÇÃO

A questão da imigração foi debatida no VII Congresso da Segunda Internacional, conhecido como Congresso de Stuttgart (1907), que também debateu as questões do militarismo, colonialismo, e sufrágio feminino. Sobre a questão do militarismo, por exemplo, aprovou-se a resolução de condenação às guerras entre as nações capitalistas e que a classe operária deveria fazer todo o possível para impedir a eclosão da guerra. As posições aprovadas em todos os temas expressavam ainda o caráter revolucionário do marxismo, que nos anos seguintes seriam abandonados pela direção da Segunda Internacional, principalmente em 1914, quando as principais seções nacionais, inclusive a alemã, se colocaram ao lado de suas burguesias no início da primeira guerra mundial.

A posição sobre a imigração aprovada condenava qualquer forma de controle migratório como reacionária, e defendia a aboli-

ção de qualquer restrição a direito social, político ou econômico, bem como a proteção integral dos trabalhadores imigrantes com limitação da jornada de trabalho, salário mínimo, etc. Lênin defendeu a resolução aprovada, e posteriormente afirmou em artigo de 1907 intitulado “O Congresso Socialista Internacional em Stuttgart” que “a resolução atende totalmente às demandas da social-democracia revolucionária”.

A posição marxista sobre o “problema da imigração”, portanto, deve fundamentalmente defender a plena legalização de todos os imigrantes, iguais direitos trabalhistas e sociais aos dos cidadãos do país para onde emigram, e o fim das fronteiras. Levantar a bandeira de fim da perseguição aos imigrantes, emprego a todos os trabalhadores, com a divisão das horas de trabalho entre todos os aptos ao trabalho (escala móvel das horas de trabalho), com um salário mínimo que seja suficiente para manter com dignidade uma família! ●



Burguesias e governos árabes diante do genocídio palestino – **Parte III**

A decisão dos houthis de combater o imperialismo e o sionismo, ao lado da resistência palestina, representa um ponto alto na luta contra o holocausto palestino

Em O Internacionalista nº 22, publicamos a segunda parte (“Países árabes denunciam Israel, mas mantêm relações - econômicas, políticas e diplomáticas - que permitem continuar com o holocausto palestino e libanês, e atacar a Síria e o Irã, que apoiam a resistência em Gaza e no Líbano”) de uma série de notas que visam a mostrar como os governos e movimentos árabes do Oriente Médio se posicionam diante do holocausto palestino. Nessa nota, vimos que a maioria deles são cúmplices do genocídio e o favorecem. Nesta terceira parte, destacamos o papel do movimento Ansarallah (Apoiadores de Deus), os houthis, que combatem militarmente o sionismo e o imperialismo em defesa dos palestinos.

Desde que se deflagrou a nova fase da limpeza étnica dos palestinos, após 7 de outubro de 2023, governos e organizações árabes discursaram sobre o genocídio. Com exceção do Irã, e do movimento houthi, do chamado “Eixo da Resistência”, nenhum apoia - política ou militarmente - a luta da resistência palestina. Do “Eixo da Resistência” também fazia parte o governo sírio. Ainda que seja certo que o regime nacionalista de Al-Assad se recusava a permitir que o Hezbollah abrisse um novo front na Síria contra Israel, também é certo que pelo país passava um importante rota de suprimentos, recursos e armas para o Hezbollah e o Hamas; e operavam em seus territórios forças e milícias iranianas servindo de retaguarda para a milícia xiita

libanesa. A queda de Al-Assad cortou essa via de suprimentos e, nesse sentido, enfraqueceu conjunturalmente o Hezbollah, portanto, sua capacidade de combater as invasões sionistas ao Líbano. Os ataques aéreos de Israel contra os depósitos militares sírios visaram a destruir estoques de armas, dos quais se alimentava a resistência libanesa e palestina e, especialmente, impedir que, qualquer que seja o governo sírio de plantão, se fortaleça. Assim, o imperialismo e o sionismo fecharam mais ainda o cerco sobre o Irã e os houthis.

Os houthis mostraram uma profunda solidariedade em defender os palestinos, quando abriram um novo front contra o sionismo. Isso os colocou sob a mira dos ataques imperialistas. Como a queda de Al-Assad e a tomada do controle da Síria pelas milícias patrocinadas pelos EUA, Israel e Turquia, o imperialismo e o sionismo visam agora a enfraquecer as capacidades militares dos houthis, e impor a retomada da guerra civil no Iêmen entre o Ansarallah e o Conselho de Transição do Sul (CTE), apoiado pelos Emirados Árabes Unidos e pela Arábia Saudita. Após o cessar-fogo na Palestina, veio a resolução do recém-empossado governo Trump, que declarou os houthis como “terroristas”. Isso cria melhores condições para o imperialismo e o sionismo no sentido de reunir uma frente intervencionista contra os houthis, com apoio dos governos árabes, visando a destruir esse importante ponto de apoio aos palestinos e ao Irã. Disso se valerá o governo títere do CTE, para continuar sua ofensiva militar contra a maior parte do país, controlada pelos houthis. A Arábia Saudita bombardeou Saada em dezembro passado, o principal reduto dos houthis. Como estão fazendo na Palestina e no Líbano, os governos árabes se envolvem nos ataques, subordinados ao imperialismo, visando a esmagar os focos da resistência das massas árabes oprimidas contra o imperialismo e o sionismo, que podem ameaçar se estender a seus

países, e assim depois negociar com o imperialismo sua parte nos espólios das riquezas e influência na região.

Mas, não está sendo fácil ao imperialismo e seus vassallos. As capacidades militares e os meios técnicos de guerra (mísseis hipersônicos) de posse dos houthis os surpreendem. O Iêmen é um país sem meios industriais ou técnicos capazes de conquistar esses recursos sem ajuda externa direta do Irã, portanto, indireta da Rússia, que arma e eleva tecnicamente as capacidades militares do Irã. O movimento Ansarallah e o regime teocrático iraniano têm ainda por base comum sua filiação ao xiismo, que em parte das lutas nacionalistas da região acabou expressando (sob a máscara teocrática) as tendências de luta contra a opressão colonial e imperialista. A Revolução Iraniana foi uma insurreição nacional das massas contra a opressão do imperialismo, que mantinha no poder o Xá contra a vontade de seu povo. A derubada dessa marionete do imperialismo abriu caminho a um processo de expropriações dos monopólios petrolíferos, nacionalizando-os. Entregou-se a terra aos camponeses, expropriado os grandes latifundiários. Mas, sem sua direção proletária, a “revolução” foi rapidamente abortada pela burguesia associada à hierarquia religiosa xiita e setores das Forças Armadas. Constituiu-se uma república burguesa baseada na lei islâmica, que cortou as liberdades civis e políticas, submeteu as instituições burguesas aos ditames religiosos, e restringiu a liberdade de organização e manifestação.

Com as devidas particularidades e diferenças nos processos históricos, os houthis expressam as mesmas raízes da luta contra opressão nacional. Já desde 1962, foi um dos movimentos mais destacados na luta pela libertação da colonização britânica do país. No O Internacionalista nº 12 (fevereiro de 2024), na nota “Passado e presente das lutas anti-imperialistas no Iêmen”, procuramos mostrar as raízes anti-im-

FOLHETO NOVO!

COMO É (DE FATO) a
RUSSIA HOJE

A economia nacionalizada mantém as bases sociais e econômicas do Estado Operário Degenerado, apesar da burocracia contrarrevolucionária

Adquirir com nossos militantes!

perialistas do movimento Ansarallah e de seu apoio à luta palestina. A *República Democrática Popular do Iêmen* (1967) foi o produto da luta das massas iemenitas contra a opressão britânica e uma primeira tentativa de construir uma república “socialista” no Oriente Médio. Nacionalizaram-se os grandes meios de produção, aplicou-se uma ampla reforma agrária, alfabetizaram-se as massas camponesas, criou-se um sistema público de saúde e educação (desde o nível básico até o superior), ampliaram-se os direitos civis e políticos, etc. Foi também nessa época que organizações palestinas usaram o território do Iêmen como base de treinamento e retaguarda. Foi nesse país que se formou o “Movimento Nacionalista Árabe (MNA), do qual surgiram, em 1950, a Frente Popular Palestino para a Libertação da Palestina (FPLP), a Frente Democrática para a Libertação da Palestina (FDLP) e a Frente Popular para a Libertação do Golfo Pérsico Ocupado (FPLGPO)”. A queda da RPDY, em 1982, resultou das divergências internas entre reformistas e “marxistas” (estalinistas) e, sobretudo, dos choques sectários alavancados pelo imperialismo, visando a destruir a “experiência socialista”, e impedir que se firmasse um governo minimamente soberano após sua queda. Porém, não se apagou da experiência das massas a vitória sobre o imperialismo, a conquista de sua soberania e o passado das lutas anticolonialistas que expressaram “o instinto revolucionário das massas do país – ainda que deformadas sob os métodos e política nacionalistas islâmicos”.

Assim como fiz o imperialismo na década de 1980, para instaurar a guerra civil sectária que destrocasse a “República popular”, e décadas mais tarde fez a Arábia Saudita para impedir a tomada do poder de todo o país pelos houthis, impondo uma fragmentação de seus territórios, a derrubada de Bashar Al-Assad – e a possível fragmentação da Síria em estados étnicos – são também o produto do intervencionismo do imperialismo e seus aliados. Com as devidas particularidades e diferenças, o Iêmen e a Síria demonstram que o imperialismo e seus vassalos não pretendem permitir que as massas árabes conquistem sua real autodeterminação nacional ou ameacem os interesses monopolistas no Oriente Médio. Eis porque as medidas militares dos houthis contra o imperialismo, os interesses comerciais e



...
A derrota do imperialismo e do sionismo no Iêmen e na Palestina é um elo na guerra dos oprimidos contra seus opressores e colonizadores, e abrirá caminho à luta operária nos países capitalistas, ao enfraquecer a burguesia mundial. ■

militares de Israel e o tráfico marítimo no Mar Vermelho são mais que medidas de legítima autodefesa, são parte da guerra histórica travada pelos oprimidos árabes contra a opressão e o genocídio imperialista-sionista.

A Arábia Saudita está disposta a reatar relações mais estreitas com Israel, sem exigir qualquer garantia sobre um futuro Estado Palestino. A ANP começou uma ofensiva repressiva em Jenin e outras regiões da Cisjordânia ocupada, para dismantelar a resistência, servindo de cão de guarda do sionismo. A Turquia, Arábia Saudita, Qatar, EAU e a Jordânia, ou apoiaram ou se silenciaram diante da derrubada do governo da Síria. É nesse quadro que se deve compreender o objetivo de destruição das capacidades iemenitas como um objetivo na guerra de dominação e opressão nacionais sobre os povos e as nações oprimidas.

Mantém-se o divisionismo sectário no Oriente Médio que tem favorecido largamente à brutal opressão social e nacional das classes e nações oprimidas, em benefício do imperialismo, do sionismo e das burguesias árabes. Além disso, o sectarismo religioso bloqueia a unificação das massas árabes da região contra seu inimigo comum, sob um programa e política unitários. Mas, a experiência do RPDY e da Revolução Islâmica Iraniana também demonstram que, nas condições de ausência de uma direção revolucionária, o sectarismo e tradições religiosas podem conjuntamente servir de cobertura ideológica à luta das nações e povos árabes oprimidos contra a opressão nacional e colonial. Isso explica porque a solidarie-

dade dos houthis com a luta palestina se manifesta por cima das particularidades nacionais e religiosas, como a tendência instintiva das massas árabes de derrotarem seus opressores.

É por isso que se deve prestar apoio incondicional à luta da resistência árabe, e especialmente à dos houthis, contra o genocídio palestino e a opressão imperialista, sem se subordinar e compactuar com seu programa, objetivos teocráticos ou política sectária. A derrota do imperialismo e do sionismo no Iêmen e na Palestina é um elo na guerra dos oprimidos contra seus opressores e colonizadores, e abrirá caminho à luta operária nos países capitalistas, ao enfraquecer a burguesia mundial. Por isso, a classe operária mundial deve e pode ajudar a derrotar o imperialismo e o sionismo, atacando suas bases econômicas nas potências imperialistas e nos países semicoloniais. Essa é, especialmente, a tarefa de seu destacamento árabe em luta contra os governos árabes cúmplices do holocausto palestino.

O programa da revolução e ditadura proletária será assumido pelos oprimidos árabes se se combater ao seu lado – sem apoiar o programa e métodos de suas direções – aproximando-os do programa e estratégia dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio, por meio e através de sua experiência na luta. Trata-se por isso de defender o programa que mobiliza o proletariado e as massas mundiais para combater seus inimigos e opressores comuns, unindo a luta das massas árabes com a luta anticapitalista proletária. ●

Eslováquia

Manifestações golpistas na Eslováquia, anulação das eleições na Romênia, acusação de fraude em Belarus

O imperialismo europeu se movimenta para manter a guerra na Ucrânia contra a oposição de governos

Na Eslováquia, depois da tentativa de assassinato do primeiro-ministro Robert Fico, em 15 de maio de 2024, nas últimas semanas, foram organizadas manifestações que exigiam sua renúncia, após anunciar que não apoiaria enviar novas armas para Ucrânia ou sua integração à OTAN, se Zelensky continuasse cortando o transporte de gás russo para Eslováquia. O governo denunciou a preparação de um golpe ao estilo do realizado na Ucrânia, em 2014. Os manifestantes e a União Europeia (EU) acusam Fico de “ditador” e “amigo de Putin”. Trata-se da mesma cartilha apresentada nas manifestações na Geórgia, em finais do ano passado, após a vitória eleitoral de Sonho Georgiano, partido que ensaia uma limitada soberania nacional, e se nega a continuar com sanções e ataques à Rússia. Como na Eslováquia, a oposição georgiana acusa o governo de “pró-russo” e exige sua deposição, juntamente ao imperialismo. Na Geórgia e Eslováquia, o objetivo é abrir uma via ao golpe de estado que beneficie o imperialismo em sua estratégia de continuar a guerra contra Rússia, depondo os governos que possam entrar seus interesses, ou anulando eleições que não certificam a vitória de seus candidatos.

Na Romênia, Calin Georgescu, crítico da OTAN e que expressou em sua campanha a revolta de amplos setores da população contra o financiamento da guerra na Ucrânia, à custa da redução de orçamentos para serviços públicos, subsídios e direitos, venceu no primeiro turno as eleições presidenciais. Mas, sua vitória foi anulada pelo Tribunal Constitucional. Assim, garantiu-se a vitória da governista e pró-imperialista Elena Lasconi. O golpe institucional contra o candidato mais votado do país se realizou após a denúncia da UE de “interferência russa” nas eleições e do porta-voz do departamento de estado norte-americano, Matthew Miller, criticar Georgescu como um “perigo” à OTAN. O imperialismo não deixaria eleger um presidente que, junto dos governos húngaro, eslovaco e sérvio, bloqueassem uma ação comum da UE para continuar com a guerra contra Rússia, os cortes orçamentários em benefício da indústria, e o parasitismo financeiro com o armamentismo. Será formada uma coalizão de partidos pró-imperialistas para “administrar” o estado provisoriamente, até novas eleições serem convocadas. Assim, o imperialismo rasgou a decisão das massas e jogou no lixo seus métodos burgueses para evitar que se imponha um governo contrário a suas imposições na guerra na Ucrânia. O “Conselho” é formado em instâncias do Parlamento e constitui, formalmente, um organismo ditatorial preposto, apoiado no imperialismo, ao formar um governo preposto, contrariando a própria democracia burguesa.

Na Sérvia, o presidente Aleksandar Vucic resiste a romper relações com a Rússia ou estender as sanções contra ela. Durante três meses, o país serviu de palco a manifestações calcadas nos “modelos” ucraniano e georgiano. Há uns dias atrás, Milos Vucevic demitiu-se como primeiro-ministro. A renúncia

O imperialismo não deixaria eleger um presidente que, junto dos governos húngaro, eslovaco e sérvio, bloqueassem uma ação comum da UE para continuar com a guerra contra Rússia, os cortes orçamentários em benefício da indústria, e o parasitismo financeiro com o armamentismo. Será formada uma coalizão de partidos pró-imperialistas para “administrar” o estado provisoriamente, até novas eleições serem convocadas.

de Vucevic, acusado de cúmplice de uma tragédia que matou dezenas de pessoas em uma estação de trem construída quando ainda era prefeito, foi uma manobra para desativar esses protestos, que poderiam vir a confluir com os protestos que estão sendo organizados pela oposição pró-imperialista contra Vucic, como já acontece na Eslováquia.

A maioria dos eslovacos e dos romenos são contrários a que se continue financiando a guerra destruindo direitos sociais, empregos e salários. Apenas uma minoria da pequena burguesia e a parte da burguesia intermediária e dependente dos investimentos estrangeiros, que veem na Europa uma via para seu enriquecimento como classe, apoiam as manifestações na Eslováquia e Romênia. São parte dessas manifestações, milhares de imigrantes ucranianos que fugiram de seu país, e hoje vivem de subsídios sociais europeus para refugiados. Não é por acaso que entre as bandeiras nacionais da Eslováquia, assim aconteceu



na Geórgia, se viam bandeiras da UE, dos EUA e da Ucrânia.

A defesa da democracia e das liberdades individuais mostraram uma farsa na boca da burguesia imperialista que desconhece eleições ou bem preparar movimentos golpistas para impor governos contra a vontade de seus povos, ou bem para derrubar governos que entravam os objetivos mais estratégicos do imperialismo da destruição da propriedade nacionalizada e dos estados operários erguidos sobre essa base econômica revolucionária. A transformação da Geórgia, Sérvia, Romênia e Eslováquia em bases de manobras contra a Rússia serve à política contrarrevolucionária da burguesia.

As manifestações e as ações golpistas organizadas e ditadas pelo imperialismo expressam as tendências bélicas da burguesia e seu objetivo de transformar o continente europeu inteiro em base militar para atacar a Rússia. Não é por acaso que a UE afunda na retórica belicista e na militarização da socieda-

de. E tudo em proveito dos negócios dos monopólios e do capital financeiro que lucram bilhões na indústria da guerra, transformando os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu em um decorado farsesco da ditadura dos ditames capitalistas contra as massas e nações oprimidas.


Em Belarus, Lukashenko venceu as eleições com 84% dos votos, para seu 7º mandato, contra candidatos que integram seu governo e uma candidata do empresariado local. Também ali, a UE e os EUA não reconhecem os resultados e caracterizam sua eleição como fraude. Em toda parte, basta que um candidato opositor ao imperialismo vença para que se declare fraude nas eleições e basta que um candidato apoiado por ele ganhe para ser resultado da democracia, independentemente dos métodos utilizados.

Os revolucionários denunciam as manifestações da oposição eslovaca e as manobras das instituições romenas como golpistas e serviços do im-

perialismo e da OTAN. Mas, também não apoiamos os governos burgueses atacados que serviram de instrumentos do imperialismo para a destruição das conquistas revolucionárias da propriedade nacionalizada, do emprego a todos e garantia de saúde e educação pública etc., destruídas após a restauração capitalista nesses países. Defendemos o direito das massas nacionais exploradas e oprimidas a decidirem por si mesmas sobre os assuntos internos de seu país. Nesse sentido, defendemos a mobilização independente do proletariado e das massas nacionais oprimidas em defesa de suas reivindicações comuns que impulsionam a luta de classes, e abrem caminho para a derrota do imperialismo e da OTAN e, portanto, ajudam a preservar a conquista revolucionária da economia nacionalizada da Rússia de sua destruição pelo imperialismo. Sobretudo, porque assim se abre caminho à luta revolucionária contra o imperialismo e a burguesia. ●

Venezuela

Crise política do nacionalismo-burguês de Maduro



Em 10 de janeiro de 2025, Nicolás Maduro assume pela terceira vez a presidência da Venezuela, até 2031 - são 12 anos de permanência de Maduro no comando do Estado. A oposição direitista rejeitou a posse, e afirmou que Maduro impôs uma ditadura. O imperialismo e a maioria dos governos burgueses da América Latina desconhecem as eleições, enquanto Nicarágua, Rússia, Colômbia e China reconheceram o chavista como presidente "legítimo".

Dias antes da posse, foram convocadas manifestações opositoras para denunciar que o chavismo não tinha legitimidade, por não ter vencido as eleições, e realizar um golpe ditatorial contra a "vontade soberana do povo", que, segundo afirmam, deram a vitória a Edmundo Gonzalez. Durante as manifestações, logo após as eleições, mais de 2,4 mil pessoas foram presas, 200 feridas e dezenas assassinadas. O regime nacionalista-burguês declarou as manifestações da oposição como "terroristas", garantindo agir de forma autoritária e violenta, para desmobilizar os protestos, que começaram massivos até se esva-

ziarem, sobretudo, pela brutal repressão e perseguições políticas contra lideranças opositoras. Parte dessas lideranças encontram-se na clandestinidade.

O pró-imperialista Edmundo González Urrutia, que tinha fugido do país após iniciada a repressão chavista, encenou uma posse como "presidente no exílio", na casa de governo da Argentina, ao lado do reacionário fascista e de "milhares" de venezuelanos emigrados (muitos deles argentinos com bandeiras venezuelanas em apoio à oposição), depois da qual saiu correndo para Costa Rica, para ficar perto da fronteira da Venezuela. No dia da posse de Maduro, estavam planejadas grandes mobilizações opositoras e, acompanhados de manifestações do imperialismo, para realizar uma pressão interna que favorecesse a imagem da "ilegalidade" de Maduro, e levasse o imperialismo e seus organismos internacionais a agirem para forçar um maior isolamento, bem como produzir fraturas ao interior das Forças Armadas e, desse modo, preparar o "retorno" de González por meio de um golpe de estado financiado e apoiado desde o exterior.

A oposição imperialista acreditava na possibilidade de medidas intervencionistas imediatas, com a posse de Trump, que liderou movimentos golpistas e intervencionistas na década passada, usando um títere "empossado" em 2015, Juan Guaidó. Nesse ano, a oposição ganhou as eleições legislativas e o congresso declarou Guaidó presidente, apesar de Maduro ganhar as eleições gerais. Com a dissolução do Parlamento pelo chavismo, e formação de uma assembleia legislativa constituinte, foi desmontado o golpe institucional. Os anos que se seguiram foram de tentativas de golpes por frações pró-imperialistas e direitistas do exército, que foram todas derrotadas.

No entanto, os interesses econômicos imperialistas é que determinam de fato quais os limites do movimento opositor venezuelano, um exemplo desse limite foi que Trump enviou para a Venezuela, há dias, um representante de seu governo para "negociar" com Maduro. As movimentações golpistas não arrefeceram, porém o objetivo imediato de Trump é uma "trégua" que lhe permita concorrer com

chineses e russos, na exploração das fabulosas riquezas petrolíferas e de gás natural da Venezuela, adquirindo-as a baixo custo, para contar com reservas e dessa forma impor tarifas mais elevadas ao Canadá (terceiro maior exportador de petróleo aos EUA), bem como suprir suas necessidades de exportação a Europa, que sofre as consequência do aumento de preços pelo bloqueio do gás russo e com a elevação dos preços mundiais da OPEP. Assim, as manifestações golpistas tiveram de recuar e se ajustar aos objetivos práticos mais imediatos do imperialismo, demonstrando sua completa subserviência a suas movimentações, enquanto as lideranças políticas opositoristas proclamam que o recuo momentâneo se deu em função do regime autoritário de Maduro. Juan Pablo Guanija, uma das principais lideranças da oposição venezuelana, deu uma entrevista ao podcast El hilo, justificando que será mais complicado encontrar novas estratégias e formas de resistir, porque a maioria da oposição está presa, em exílio ou na clandestinidade, o que também é verdadeiro.

Em meio a essa crise política, com aumento das ameaças de sanções econômicas do imperialismo, Maduro convocou uma Reforma Constitucional que, supostamente, deverá aplicar modificações nas estruturas de governo, ampliando a participação na tomada de decisões dos “coletivos populares”. Na verdade, trata-se de uma integração de estruturas chavistas de base na estrutura estatal, para garantir seu financiamento e proteção, em troca de contar com uma base arregimentada de mobilização e um contrapeso às manifestações direitistas.

Desde que o chavismo assumiu o controle do Estado, o imperialismo decidiu removê-lo do poder, após confirmado que sua política nacionalista em relação ao controle e propriedade de recursos energéticos bloqueavam o expansionismo e controle do imperialismo sobre os gigantescos recursos petrolíferos da Venezuela por uma burocracia estatal associada às Forças Armadas e setores da burguesia nacional que parasitam dessas riquezas. O chavismo se colocou em choque com o imperialismo, o qual começou a organizar medidas para sua retirada do poder, desde institucionais até golpistas. O chavismo conseguiu enfrentar essas manobras, graças aos limitados

ganhos salariais, ao controle ditatorial sobre os sindicatos, aos benefícios que dispôs para setores da burguesia se enriquecerem e, sobretudo, pelo maciço apoio das Forças Armadas que, participando do governo, participam ainda dos lucros da exploração petrolífera e mantêm uma fonte de investimentos para “modernizar” o aparato militar, o que lhe garante se constituir em árbitro da situação. Especialmente, consolidam seus laços com o governo para realizar ofensivas repressivas contra a oposição, mas também contra os movimentos que lutam pelas suas reivindicações, e assim se garantem que continuem parasitando de recursos e lucros da exploração das riquezas naturais, principalmente beneficiando sua alta cúpula.

Isso explica por que, em meio à desagregação capitalista e queda das condições de vida, também produto do bloqueio criminoso do imperialismo contra sua economia, o chavismo passou de ser um governo plebiscitário, que contava com apoio eleitoral da esmagadora maioria para um governo burguês nacionalista que adota formas bonapartistas e que recorre à estatização, controle e repressão sobre as massas e a oposição.

As sanções contra a Venezuela, orquestradas principalmente pelo imperialismo norte americano e a União Europeia, com apoio de outros países, como Canadá, Panamá e Reino Unido, vêm sendo aplicadas desde 2014, ou seja, por todo o período de governabilidade de Nicolás Maduro, portanto, não é uma novidade, no entanto, as ameaças imperialistas após a última eleição de Maduro são de intensificar as sanções, possivelmente, no caso dos EUA principalmente, para ampliar as margens de negociação com o governo venezuelano. Além das sanções, o possível retorno do aumento da inflação com a alta do dólar poderá ampliar a instabilidade econômica de Maduro, que fechou 2024 com crescimento econômico, que vem numa retomada gradual, após um longo período de recessão iniciado em 2019, além de uma expansão da produção industrial de 15,9%, de acordo com a Conindustria.

A direita nunca abandonou seu objetivo de realizar um golpe e derrubar o Maduro pela força. Mas, depende para isso da ajuda exterior e da intervenção direta do imperialismo. Para isso, duas possibilidades se apresentam no

cenário político: de um lado, Maduro e Trump podem firmar acordos de cooperação econômica em torno da comercialização do petróleo venezuelano, o que provavelmente manteria a oposição a Maduro fragilizada; por outro, se esses acordos não se consolidam, as sanções à Venezuela poderiam se intensificar e fortalecer a ofensiva da oposição.

O essencial reside em compreender que *“A crise política aberta entre oposição e a situação reflete um impasse, em que as massas nada têm a ganhar. Mas, muito mais têm a perder, se se subordinam à política golpista ditada pelos EUA”* contra a nação oprimida. Não importa para os revolucionários marxistas “se estamos diante de um governo eleito ou ditatorial, mas sim qual o interesse das massas oprimidas e da nação oprimida nas relações de classe, econômicas e políticas mundiais”. Colocar-se no campo da oposição direitista, em defesa da democracia burguesa é, na prática, estar ao lado do imperialismo. Defender a nação oprimida, apesar das fraudes eleitorais próprias da política burguesa, é defender o princípio leninista de estar ao lado da nação oprimida e pela derrota do imperialismo. Assim, *“Para a política revolucionária, a existência ou não de fraude nessas eleições é um aspecto subordinado ao objetivo de defender a soberania e autodeterminação de um país oprimido, alvo de ataques do imperialismo”*. Enfim, *“O que importa aos revolucionários é defender uma política principista e leninista, de combate à opressão nacional e defesa da nação oprimida, porque qualquer derrota imperialista favorece a luta do proletariado mundial”*. (citações do balanço das eleições na Venezuela, publicada em O Internacionalista n° 18).

Portanto, cabe apenas às massas exploradas nacionais decidirem sobre todos os assuntos da política interna e sobre os rumos de seu país, o que significa dizer que primeiramente não se pode admitir nenhuma intervenção externa, de qualquer governo burguês, que ameace a soberania da nação venezuelana. O proletariado venezuelano deve organizar-se de forma independente para combater qualquer tentativa de intervenção imperialista, derrotar a direita com seus próprios métodos de luta e se organizar para no devido momento tomar o poder derrubando o nacionalismo burguês impotente. ●